

**PROCESSO DE TOMADA
DE CONTAS ANUAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2009



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Aracaju, 08/09/2010.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ASCOM – Assessoria de Comunicação
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COCIN – Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria
COCRE – Corregedoria Regional Eleitoral
COFIN – Coordenadoria Orçamentária e Financeira
COPEG – Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
DN – Decisão Normativa
JE – Justiça Eleitoral
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
PLOA – Programa da Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PRES - Presidência
RG – Relatório de gestão
SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
SEAUG – Seção de Auditoria e Acompanhamento de Gestão
SEDIR – Seção de Direitos e Deveres
SEOFI – Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SEPOF – Seção de Programação Orçamentária e Financeira
SEREF – Seção de Registros Funcionais
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SJD – Secretaria Judiciária
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
TCE – Tomada de Contas Especiais
TCU – Tribunal de Contas da União
TRE/SE – Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Identificação do Relatório de Gestão Individual	8
Tabela 2 – Rol de Responsáveis	9
Tabela 3 - Programação de Despesas Correntes	11
Tabela 4 - Programação de Despesas de Capital.....	11
Tabela 5 - Programação de despesas e reserva de contingência	12
Tabela 6 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	13
Tabela 7 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	14
Tabela 8 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	15
Tabela 9 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	15
Tabela 10 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	17
Tabela 11 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	18
Tabela 12 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	20
Tabela 13 - Composição dos Recursos Humanos	47
Tabela 14 - Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009	48
Tabela 15 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	54
Tabela 16 - Cumprimento das deliberações do TCU	56
Tabela 17 - Declaração do Contador Responsável pela UJ	62
Tabela 18 - Processos de Prestação de Contas Partidárias Julgados em 2009.....	68

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
2.1 <i>Identificação de Relatório de Gestão Individual.....</i>	8
3. ROL DE RESPONSÁVEIS.....	9
3.1 <i>Exercício 2009 - Unidade Gestora: 070012 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.....</i>	9
4. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	11
4.1 <i>Programação Orçamentária.....</i>	11
4.2 <i>Programação de Despesas Correntes.....</i>	11
4.3 <i>Programação de Despesas de Capital.....</i>	11
4.4 <i>Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....</i>	12
4.5 <i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....</i>	13
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	14
5.1 <i>Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....</i>	14
5.1.1 <i>Despesas por Modalidade de Contratação.....</i>	14
5.1.2 <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....</i>	15
5.1.3 <i>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....</i>	15
5.2 <i>Alterações significativas ocorridas no exercício:.....</i>	16
5.3 <i>Contingenciamento no exercício:.....</i>	16
5.4 <i>Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:.....</i>	17
5.5 <i>Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por movimentação.....</i>	17
5.5.1 <i>Despesas por Modalidade de Contratação.....</i>	17
5.5.2 <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....</i>	18
5.5.3 <i>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....</i>	18
5.5.4 <i>Alterações significativas ocorridas no exercício:.....</i>	19
5.5.5 <i>Contingenciamento no exercício:.....</i>	19
5.5.6 <i>Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:.....</i>	19
5.6 <i>Execução Orçamentária por Programa de Governo.....</i>	19
5.7 <i>Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....</i>	20
5.7.1 <i>Cumprimento das metas físicas:.....</i>	20
5.7.2 <i>Ações que apresentaram problemas de execução:.....</i>	21
5.7.3 <i>Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:.....</i>	22
5.7.4 <i>Ações Prioritárias na LDO:.....</i>	22
6. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO INSTITUCIONAL:.....	23
7. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	47
7.1 <i>Composição dos Recursos Humanos.....</i>	47
7.2 <i>Contratos de Terceirização de Área-Fim.....</i>	48
7.3 <i>Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....</i>	49

7.4	<i>Análise Crítica</i>	49
7.4.1	Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional	49
7.4.2	Adequação dos quantitativos de área-meios em relação à área-fim	50
7.4.3	Desempenho funcional dos servidores e funcionários.....	50
7.4.4	Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:.....	51
7.4.5	Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo	52
7.4.6	Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos.....	52
7.4.7	Impactos da terceirização na produtividade da UJ:	53
7.4.8	Política remuneratória da UJ	53
7.4.9	Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ.....	53
7.4.10	Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública, quando houver	54
8.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	54
9.	INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO.....	54
9.1	<i>Pagamento de Restos a Pagar</i>	54
9.2	<i>Análise Crítica</i>	54
10.	TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIOS E OUTROS TIPOS)	55
11.	CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS	55
12.	CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU	56
13.	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	62
14.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ	62
15.	INFORMAÇÕES QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO OS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO.....	63
16.	INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA	65
17.	MANIFESTAÇÃO ACERCA DAS NORMAS LEGAIS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS NA APLICAÇÃO DE RECURSOS	66
17.1	<i>Recursos do Fundo Partidário Distribuídos à Direção Municipal.....</i>	67
17.2	<i>Processos de Prestação de Contas Partidárias Julgados em 2009</i>	68
17.3	<i>Recursos do Fundo Partidário Utilizados Irregularmente</i>	69
18.	QUANTIDADE PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSONADAS E DOS CARGOS DE COMISSÃO OCUPADAS POR SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO:.....	70

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório de gestão registra as principais atividades desenvolvidas no âmbito da Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe durante o Exercício 2009, com estrita observância, na sua forma e no seu conteúdo, às disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 57/2008, na Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e na Portaria TCU nº 389/2009.

Informamos, para conhecimento desta Corte de Contas, que os itens elencados logo abaixo - constantes do anexo II, Decisão Normativa TCU nº 100/2009 - não se aplicam à realidade do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe:

- Item 2, da parte A – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa e Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo. Mais especificamente o item 2.2.3, que trata das despesas de capital por grupo e elemento de despesa referentes à execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação.
- Item 2, da parte A – Contratos de Terceirizados de área-fim;
- Item 4, da parte A – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Item 6, da parte A – Quadro de Detalhamento de Transferências;
- Item 7, da parte A – Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas.

No exercício 2009, não houve nenhum registro de instauração de Tomadas de Contas Especiais para apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção, nem registros de Processos dispensados de instauração de Tomadas de Contas Especiais e Processos de TCE não encaminhados ao TCU em decorrência de arquivamento.

Ressaltamos que as ações administrativas realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no Exercício 2009 estiveram voltadas para o desenvolvimento institucional e para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

2.1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Tabela 1 – Identificação do Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação : União/Justiça Eleitoral		Código SIORG : O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE			
Denominação abreviada : TRE/SE			
Código SIORG : O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	Código LOA: 14125		Código SIAFI: 070012
Situação: ativa			
Natureza Jurídica : Órgão Público do Poder Judiciário Federal - 1074			
Principal Atividade : Administração Pública em Geral			Código CNAE: 841160/0
Telefones/Fax de contato :	(79) 2106-8677	(79) 2106-8678	(79) 2106-8661
Endereço eletrônico : copeg@tre-se.gov.br			
Página da Internet : www.tre-se.gov.br			
Endereço Postal : Centro Administrativo Governador Augusto Franco – CENAF, Variante 2, Lote 7 – Bairro América – Aracaju/SE – CEP 49081-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei 4.737/65 – publicada no DOU de 19/7/65 e retificada no DOU de 30/7/65			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução TRE/SE 168/06 – Regimento Interno da Secretaria do Tribunal – publicada no Diário de Justiça do Estado em 13/12/06, alterada pela Resolução TRE/SE 142/09, de 17 de novembro de 2009; Resolução TRE-SE 215/00 – Criação do Centro de Memória Eleitoral – publicada no Diário de Justiça do Estado em 27/11/00; Resolução TRE-SE 155/99 – Regimento Interno do Tribunal – publicada no Diário de Justiça do Estado em 29/11/99; Regimento da Corregedoria Regional Eleitoral – publicada no Diário de Justiça do Estado em 18/10/99.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Legislação Eleitoral; Manual de Registro de Candidaturas; Manual de Correspondências; Revista Jurídica; Revista Multidisciplinar da Biblioteca;		Boletim Jurisprudencial; Diário de Justiça Eletrônico; Informativo do TRE/SE; Jornal “O Pleito”; Publicações dos Resultados das Eleições.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
070012	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	TESOURO		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
070012		00001	

3. ROL DE RESPONSÁVEIS

3.1 Exercício 2009 - Unidade Gestora: 070012 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Tabela 2 – Rol de Responsáveis

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE	100 ORDENADOR DE DESPESAS		
AGENTE RESPONSÁVEL - TITULAR			
NOME	CLÁUDIO DINART DEDA CHAGAS		
CPF	067.974.235-20		
CARGO	PRESIDENTE		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 14/01/2008		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	R. ARICIO GUIMARÃES FORTES, 819, BAIRRO ATALAIA – ARACAJU/SE – CEP 49060-037		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidencia@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Reg. Interno do TRE/SE (art. 17, inciso XVIII)	01Jan2009	31Dez2009

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE	100 ORDENADOR DE DESPESAS		
AGENTE RESPONSÁVEL – SUBSTITUTO			
NOME	JOSE ALVES NETO		
CPF	005.039.755-91		
CARGO	VICE-PRESIDENTE		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 14/01/2008		
ATO DE EXONERAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 05/03/2009		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA PORTO DA FOLHA, 2591, B. SUISSA – ARACAJU-SE, CEP: 49050-640		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cre@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Reg. Interno do TRE/SE (art. 19, inciso I)		
	CI 5/09 PRES	16Fev2009	17Fev2009
AGENTE RESPONSÁVEL – SUBSTITUTO			
NOME	LUIZ ANTONIO ARAUJO MENDONCA		
CPF	766.338.458-04		
CARGO	VICE-PRESIDENTE		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 10/03/2009		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA JOAQUIM GÓIS, 88, APTO. 301. B. 13 DE JULHO – ARACAJU/SE – CEP 49020-130		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cre@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Reg. Interno do TRE/SE (art. 19, inciso I)		
	CI 10/09 PRES	28Mai2009	28Mai2009
	CI 11/09 PRES	01Jun2009	09Jun2009
	CI 11/09 PRES	11Jun2009	17Jun2009
	CI 11/09 PRES	21Jun2009	30Jun2009
	CI 12/09 PRES	01Jul2009	30Jul2009
	CI 15/09 PRES	26Ago2009	29Ago2009

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE	100 ORDENADOR DE DESPESAS		
AGENTE RESPONSÁVEL – INTERINO			
NOME	OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO		
CPF	034.247.075-20		
CARGO	MEMBRO		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 05/03/2009		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	R. LAUDICEIA FERREIRA ANDRADE,186, B. D.I.A. – ARACAJU-SE, CEP: 49040-000		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cre@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Reg. Interno do TRE/SE (art. 7º, § 3º)		
	CI 7/09 PRES	05Mar2009	05Mar2009
AGENTE RESPONSÁVEL – INTERINO			
NOME	GILSON FELIX DOS SANTOS		
CPF	102.028.465-04		
CARGO	MEMBRO		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 02/12/2008		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	AV. BEIRA MAR, 1370, EDF. SAINT LOURENT, APTO. 302, B. 13 DE JULHO – ARACAJU-SE, CEP: 49020-010		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cre@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Reg. Interno do TRE/SE (art. 7º, § 3º)		
	CI 19/09PRES	19Nov2009	20Nov2009
AGENTE RESPONSÁVEL – INTERINO			
NOME	JOSE DOS ANJOS		
CPF	022.152.685-49		
CARGO	MEMBRO		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 23/10/2007		
ATO DE EXONERAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 22/10/2009		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	R. ANTONIO FAGUNDES SANTANA, 370, APTO. 304, B. 13 DE JULHO, ARACAJU-SE, CEP 49020-070		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cre@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Reg. Interno do TRE/SE (art. 7º, § 3º)		
	CI 18/PRES	14Out2009	17Out2009
AGENTE RESPONSÁVEL – INTERINO			
NOME	MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO		
CPF	016.096.455-53		
CARGO	MEMBRO		
ATO DE DESIGNAÇÃO	ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 17/02/2009		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	AV. BEIRA MAR, 1674, APTO. 1001, B. JARDINS – ARACAJU-SE, CEP: 49025-040		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cre@tre-se.gov.br		
PERÍODO DA GESTÃO	ATO DESIGNAÇÃO	INÍCIO	FIM
	Reg. Interno do TRE/SE (art. 7º, § 3º)		
	CI-9/PRES	16Abr2009	16Abr2009
	CI 11/PRES	10Jun2009	10Jun2009
	CI 11/PRES	18Jun2009	20Jun2009

Fonte dos Dados: Relação dos Responsáveis emitida mensalmente pela SEREF/COPES/SGP;
Unidade responsável pela informação: SEAUG/COCIN/PRES.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Programação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE – TRE-SE	14125	070012

4.2 Programação de Despesas Correntes

Tabela 3 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	34.120.127,00	39.721.616,00	-	-	6.119.744,00	6.657.749,00	
	PLOA	34.120.127,00	39.721.616,00	-	-	5.251.556,00	5.801.179,00	
	LOA	34.120.127,00	39.721.616,00	-	-	5.251.556,00	5.742.461,00	
CRÉDITOS	Suplementares		9.231.964,00	10.349.795,00	-	-	342.576,00	631.485,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-146.299,00	-	-	-165.900,00	-200.000,00
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		43.352.091,00	49.925.112,00	-	-	5.428.232,00	6.173.946,00	

Fonte dos dados: LOA; SigaBrasil;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEPOF.

4.3 Programação de Despesas de Capital

Tabela 4 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	3.674.000,00	7.252.572,00	-	-	-	-	
	PLOA	2.338.000,00	1.891.022,00	-	-	-	-	
	LOA	3.588.000,00	1.891.022,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares		1.212.000,00	30.000,00	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	330.000,00	444.000,00	-	-	-	-
		Reabertos	400.000,00	317.478,00	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-330.000,00	-444.000,00	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	

Total	5.200.000,00	2.238.500,00	-	-	-	-
--------------	--------------	--------------	---	---	---	---

Fonte dos dados: LOA; SigaBrasil;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEPOF.

4.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Tabela 5 - Programação de despesas e reserva de contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Exercícios							
	Dotação proposta pela UO	40.239.871,00	46.379.365,00	3.674.000,00	7.252.572,00			
	PLOA	39.371.683,00	45.522.795,00	2.338.000,00	1.891.022,00			
	LOA	39.371.683,00	45.464.077,00	3.588.000,00	1.891.022,00			
CRÉDITOS	Suplementares	9.574.540,00	10.981.280,00	1.212.000,00	30.000,00			
	Especiais	Abertos	-	-	330.000,00	444.000,00		
		Reabertos	-	-	400.000,00	317.478,00		
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados	-165.900,00	-346.299,00	-330.000,00	-444.000,00			
Outras Operações								
Total		48.780.323,00	56.099.058,00	5.200.000,00	2.238.500,00			

Fonte dos dados: LOA; SigaBrasil;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEPOF.

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

Despesas correntes: os limites orçamentários propostos pela Setorial Orçamentária da JE para despesas com pessoal e encargos sociais mostrou-se insuficiente para a programação dos trabalhos durante os exercícios de 2008 e 2009, fato que se constata pelo volume de créditos suplementares recebidos.

Despesas de Capital: registre-se a variação em 2008, decorrente de cortes efetuados nas ações de construção de cartórios, por ocasião dos limites estabelecidos pela Setorial Orçamentária da JE, cortes que foram posteriormente recompostos por meio de emendas parlamentares.

Vê-se, pelo volume de suplementação, que os valores aprovados não foram suficientes para atendimento ao programado no PPA 2008-2011.

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

As alterações mais relevantes ocorreram nas suplementações para atendimento às despesas correntes (pessoal e encargos sociais), visto que o aprovado pela LOA era insuficiente para cumprimento do programado nos exercícios de 2008 e 2009.

Outras foram efetuadas nas despesas de capital, destinadas à complementar as ações de construção do Anexo I e cartórios eleitorais, bem como ao remanejamento de municípios entre as ações de construção de cartórios eleitorais.

4.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 6 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	070026	02.061.0570.4269.00 01 (Pleitos)	-	-	21.883,00
	Concedidos	070026	02.126.0570.7832.00 01(Biometria)	-	-	35.031,00
	Concedidos	070026	02.126.0570.2003.00 01(Backbone)	-	-	126.759,53
	Recebidos	070026	02.061.0570.4269.00 01(Pleitos)	-	-	3.776,50
	Recebidos	070026	02.126.0570.7832.00 01(Biometria)	-	-	10.000,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte dos dados: Siafi Gerencial;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEPOF.

Tratam-se das provisões concedidas pelo TSE, nas seguintes ações:

1 – Pleitos Eleitorais (02.061.0570.4269.0001): destinada à realização de eleições suplementares nos Municípios de Nossa Senhora da Glória e Neópolis;

2 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor (02.126.0570.7832.0001): destinada à revisão do eleitorado no Município de Barra dos Coqueiros para fins de identificação biométrica;

3 – Ação de Informática (02.126.0570.2003.0001): provisão recebida para fins de execução do Contrato 21/09 - TRE/SE referente ao Pregão TSE 54/09 – Ata de Registro de Preço 44/09 pelo TSE - visando à implantação do serviço de comunicação de dados entre a Sede do TRE e os Cartórios Eleitorais (backbone da Justiça Eleitoral).

Como se vê são valores de pequena monta, sem impacto significativo no montante da dotação final aprovada, representando 3% da dotação do grupo Outras Despesas Correntes.

No campo “Movimentação Interna – Recebidos” foram lançados os valores devolvidos ao TSE em função da sobra orçamentária ocorrida em cada ação.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

5.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 7 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	6.786.177,34	4.360.218,78	2.957.449,63	2.364.436,01
Convite				
Tomada de Preços	957.296,67	734.556,91	1.156,61	0,00
Concorrência	2.430.000,00	719.147,83	0,00	4.346,05
Pregão	3.398.880,67	2.906.514,04	2.956.293,02	2.360.089,96
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	765.051,18	1.463.062,16	642.224,66	1.186.719,65
Dispensa	457.745,90	957.324,85	414.397,24	814.668,47
Inexigibilidade	307.305,28	505.737,31	227.827,42	372.051,18
Regime de Execução Especial	29.970,40	34.745,13	29.970,40	34.745,13
Suprimento de Fundos	29.970,40	34.745,13	29.970,40	34.745,13
Pagamento de Pessoal	43.464.082,87	49.810.110,77	43.464.082,87	49.810.110,77
Pagamento em Folha	43.293.870,98	49.565.870,97	43.293.870,98	49.565.870,97
Diárias	170.211,89	244.239,80	170.211,89	244.239,80
Outros	1.630.805,99	2.136.358,65	1.629.573,39	2.136.358,65
Não Aplicável (exceto Diárias)	1.630.805,99	2.136.358,65	1.629.573,39	2.136.358,65

Fonte dos dados: SIAFI Operacional e Gerencial;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEOFI.

OBS: No grupo Outros, a linha não aplicável refere-se as seguintes despesas, dentre outras: auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-bolsa, auxílio-transporte, indenizações de transporte, obrigações, tributações e contribuições.

5.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 8 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	43.293.870,98	49.565.870,97	43.293.870,98	49.565.870,97	0,00	0,00	43.288.493,53	49.565.870,97
1º elemento de despesa (319011)	28.350.811,79	33.488.248,86	28.350.811,79	33.488.248,86	0,00	0,00	28.345.434,34	33.488.248,86
2º elemento de despesa (319001)	5.155.785,28	5.525.108,25	5.155.785,28	5.525.108,25	0,00	0,00	5.155.785,28	5.525.108,25
3º elemento de despesa (319113)	4.374.933,16	5.305.008,75	4.374.933,16	5.305.008,75	0,00	0,00	4.374.933,16	5.305.008,75
Demais elementos do grupo	5.412.340,75	5.247.505,11	5.412.340,75	5.247.505,11	0,00	0,00	5.412.340,75	5.247.505,11
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	5.001.909,67	6.083.501,90	4.809.090,34	5.590.883,96	428.004,12	492.617,94	4.807.458,33	5.561.624,45
1º elemento de despesa (339039)	1.899.764,33	2.431.914,12	1.685.250,42	2.081.320,87	214.513,93	350.593,25	1.685.250,42	2.079.989,87
2º elemento de despesa (339046)	1.286.128,53	1.549.367,91	1.286.128,53	1.549.367,91	0,00	0,00	1.286.128,53	1.549.367,91
3º elemento de despesa (339037)	881.982,23	643.559,28	785.363,83	633.309,54	96.618,40	10.249,74	785.363,83	633.309,54
Demais elementos do grupo	934.034,56	1.458.660,59	1.052.347,56	1.326.885,64	116.871,79	131.774,95	1.050.715,55	1.298.957,13

Fonte dos dados: SIAFI Operacional e Gerencial;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEOFI.

OBS 1: Na coluna “Despesa Empenhada” do Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes – Demais Elementos do Grupo” - exercício 2008, não consta o valor de R\$ 235.184,79 – referente à Assistência Pré-Escolar que é liquidado em folha de pagamento sendo dispensável o uso de empenho, porém este valor compõe os totais das colunas “Despesa Liquidada” e “Valores Pagos”.

OBS 2: Para o exercício de 2009, o SIAFI já registra como despesa empenhada os valores referentes à Assistência Pré-Escolar.

5.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 9 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	4.145.122,34	2.155.122,62	620.339,63	375.615,28	3.524.782,71	1.779.507,34	620.339,63	375.615,28
1º elemento de despesa (449051)	3.461.271,04	1.453.704,74	14.400,00	4.346,05	3.446.871,04	1.449.358,69	14.400,00	4.346,05

2º elemento de despesa (449052)	673.851,30	701.017,88	595.939,63	370.869,23	77.911,67	330.148,65	595.939,63	370.869,23
3º elemento de despesa (449061 / 449092)	10.000,00	400,00	10.000,00	400,00	0,00	0,00	10.000,00	400,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte dos dados: SIAFI Operacional e Gerencial;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEOFI.

OBS: Nas naturezas informadas no 3º elemento de despesa, do Grupo de Despesa “4 – Investimentos”, considerou-se as despesas empenhadas com valor maior nas naturezas 449061 (em 2008) e 449092 (em 2009), bem como seus respectivos valores liquidados, inscritos em RP não processados e pagos.

5.2 Alterações significativas ocorridas no exercício:

As alterações orçamentárias ocorridas em 2009 que valem destacar são:

1-reabertura de crédito especial na ação Construção de Cartórios Eleitorais – no município de Umbaúba, no valor de R\$ 317.478,00;

2- crédito suplementar na ação Construção de Cartórios Eleitorais – no município de Umbaúba, no valor de R\$ 30.000,00, grupo Investimento (4), com fonte proveniente da ação Gestão e Administração do Programa, grupo Outras Despesas Correntes (3);

3 - crédito especial aprovando a nova ação Construção de Cartórios Eleitorais – no município de Cedro de São João, no valor de R\$ 400.000,00, com fonte proveniente da ação Construção do Anexo I da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;

4 - crédito especial aprovando a nova ação Construção de Cartórios Eleitorais – no município de Estância, no valor de R\$ 44.000,00, com fonte proveniente da ação Construção do Anexo I da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

5.3 Contingenciamento no exercício:

O contingenciamento ocorreu em março/2009 nas ações Construção do Anexo I da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (R\$ 134.882,00) e Gestão e Administração do Programa (R\$

300.000,00), totalizando R\$ 434.882,00. A última parcela do descontingenciamento, no entanto, deu-se somente no final de novembro. O efeito provocado na programação das despesas, para adaptação à nova realidade orçamentária, refletiu na limitação das aquisições, serviços, diárias e passagens, como também impossibilitou a execução das ações estratégicas, aprovadas no planejamento estratégico, a saber: Resgate Histórico da Justiça Eleitoral em Sergipe e Dinamização do Cemel e Escola Judiciária Eleitoral.

5.4 Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Eventos positivos:

Internos: destaca-se a implementação do planejamento de licitações que, embora não tenha sido cumprido na íntegra, permitiu, através da elaboração e acompanhamento do cronograma, o reaproveitamento das sobras orçamentárias.

Eventos negativos:

Internos: quantitativo reduzido de pessoal atuando nas áreas de obras e engenharia; cumprimento parcial do planejamento das licitações; entraves nos processos de licitação e aquisição.

Externos: contingenciamento imposto pelo Governo Federal; descontingenciamento efetuado no final do exercício; ausência de cronograma para aprovação de créditos pendentes de autorização legislativa; prazo de execução das obras dentro de um único exercício financeiro.

5.5 Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por movimentação

Justificativa: Os créditos recebidos por movimentação foram descentralizados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE em 2008, na ação Pleitos Eleitorais e, em 2009, nas ações de Informática, Pleitos Eleitorais e Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor.

5.5.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 10 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	501.382,69	132.170,94	410.743,75	1.680,08
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	501.382,69	132.170,94	410.743,75	1.680,08
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	888.290,27	27.737,41	863.664,67	16.412,00
Dispensa	826.796,84	21.940,00	805.343,54	16.412,00

Inexigibilidade	61.493,43	5.797,41	58.321,13	0,00
Regime de Execução Especial	1.615,16	498,50	1.615,16	498,50
Suprimento de Fundos	1.615,16	498,50	1.615,16	498,50
Pagamento de Pessoal	2.382.390,65	4.918,10	2.382.390,65	4.918,10
Pagamento em Folha	2.235.619,95	0,00	2.235.619,95	0,00
Diárias	146.770,70	4.918,10	146.770,70	4.918,10
Outros	5.204,00	0,00	5.204,00	0,00
Não Aplicável (exceto Diárias)	5.204,00	0,00	5.204,00	0,00

Fonte dos dados: SIAFI Operacional e Gerencial;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEOFI.

OBS: No grupo Outros, a linha não aplicável refere-se a seguinte despesa: indenizações de transporte.

5.5.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 11 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	2.235.619,95	0,00	2.235.619,95	0,00	0,00	0,00	2.235.619,95	0,00
1º elemento de despesa (319016)	1.627.375,25	0,00	1.627.375,25	0,00	0,00	0,00	1.627.375,25	0,00
2º elemento de despesa (319092)	569.011,58	0,00	569.011,58	0,00	0,00	0,00	569.011,58	0,00
3º elemento de despesa (319113)	28.763,37	0,00	28.763,37	0,00	0,00	0,00	28.763,37	0,00
Demais elementos do grupo	10.469,75	0,00	10.469,75	0,00	0,00	0,00	10.469,75	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	1.543.262,82	165.331,95	1.427.998,28	23.508,68	115.264,54	141.816,87	1.427.998,28	23.508,68
1º elemento de despesa (339039)	1.012.960,46	152.007,27	988.334,86	15.712,00	24.625,60	136.288,87	988.334,86	15.712,00
2º elemento de despesa (339030 / 339014)	240.606,58	4.918,10	228.680,76	4.918,10	11.925,82	0,00	228.680,76	4.918,10
3º elemento de despesa (339014 / 339030)	146.770,70	4.626,50	146.770,70	498,50	0,00	4.128,00	146.770,70	498,50
Demais elementos do grupo	142.925,08	3.780,08	64.211,96	2.380,08	78.713,12	1.400,00	64.211,96	2.380,08

Fonte dos dados: SIAFI Operacional e Gerencial;

Unidade Responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEOFI.

*OBS: Nos elementos de despesa 2º e 3º, da coluna “3 – Outras Despesas Correntes”, considerou-se as despesas empenhadas com valor maior nas naturezas informadas abaixo, por exercício:
Exercício 2008: natureza 339030 (no 2º elemento) e 339014 (no 3º elemento);
Exercício 2009: natureza 339014 (no 2º elemento) e 339030 (no 3º elemento).*

5.5.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Em razão de não ter sido provisionado crédito para esse grupo de despesa, o anexo referente ao item 2, da parte A do anexo II, da DN TCU 100/09 não se aplicou ao TRE/SE no exercício 2010.

5.5.4 Alterações significativas ocorridas no exercício:

Registre-se que o montante das provisões em 2008 destinaram-se à realização das eleições municipais. Já em 2009, as provisões resumiram-se à realização de 02 eleições suplementares nos Municípios de Nossa Senhora da Glória e Neópolis e revisão biométrica no Município de Barra dos Coqueiros, além de contrato na área de TI para serviços de comunicação de dados (backbone).

5.5.5 Contingenciamento no exercício:

Não houve.

5.5.6 Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Positivo: O TSE provisionou os recursos orçamentários de Pleitos Eleitorais e Biometria nos montantes solicitados pelo TRE-SE.

Negativo: A inexecução do contrato por parte da empresa contratada para a implantação dos serviços de comunicação de dados (backbone), prejudicou a execução orçamentária, tendo em vista que nenhum pagamento foi realizado no exercício 2009, sendo inscrito em restos a pagar o total da provisão recebida.

5.6 Execução Orçamentária por Programa de Governo

Considerando que o TRE/SE não é gestor de programa de governo o demonstrativo constante do item 2, da parte A, do anexo II, da Decisão Normativa TCU 100/09 não foi preenchido.

5.7 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Tabela 12 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	126	0570	2003 Informática	A	4	-	-	-	-
02	301	0570	2004 Assist. Médica	A	4	(unidade) pessoa beneficiada	503	605	603
02	365	0570	2010 Assist. Pré-escolar	A	4	(unidade) criança atendida	74	72	73
02	306	0570	2012 Aux. Alimentação	A	4	(unidade) servidor beneficiado	260	260	269
02	331	0570	2011 Aux. Transporte	A	4	(unidade) servidor beneficiado	64	19	20
02	128	0570	4091 Capacitação	A	4	(unidade) servidor capacitado	614	746	286
02	122	0570	5439-0665 Construção Estância	P	4	(unidade) cartório construído	1	1	-
02	122	0570	5439-1277 Construção Umbaúba	P	4	(unidade) cartório construído	-	-	-
02	122	0570	5439-5377 Construção Cedro	P	4	(unidade) cartório construído	0	0	-
02	122	0570	1P20 Anexo I	P	4	(% de execução física) anexo construído	100,000	47,035	52,965
02	122	0570	2272 GAP	A	4	-	-	-	-
02	122	0570	09HB PSSS	OP	4	-	-	-	-
09	272	0089	0396 Inativos	OP	4	(unidade) pessoa beneficiada	45	43	43

Fonte dos Dados: SIGPLAN;

Unidade responsável pelas informações: SAO/COFIN/SEPOF.

5.7.1 Cumprimento das metas físicas:

Vê-se que não foram cumpridas as metas físicas relativas às ações de construção dos cartórios eleitorais de Umbaúba e Cedro de São João, tendo em vista dificuldades no cumprimento

de todas as etapas dentro de um mesmo exercício: créditos aprovados no final do exercício, entraves nas aprovações dos projetos, licitações frustradas.

Com relação à meta física da ação 5439-0665 - Construção do Cartório Eleitoral de Estância, a sua execução ocorreu no exercício de 2009, apesar desta informação não constar no quadro físico do SIGPlan.

5.7.2 Ações que apresentaram problemas de execução:

Ações de Construções de Cartórios Eleitorais:

0665 - No Município de Estância: o crédito especial recebido no exercício de 2009 destinava-se a custear despesas com serviços complementares não previstos no contrato. Não houve execução em razão do processo de aditivo ao contrato não ter sido aprovado.

1277 - No Município de Umbaúba: o crédito especial reaberto (R\$317.478,00) mostrou-se insuficiente para a consecução da obra. Solicitou-se, em março/2009, suplementação no valor de R\$ 30.000,00, somente aprovada pelo Congresso Nacional em outubro (Lei 12.047 de 9/10/09). A licitação ocorreu em novembro, inscrevendo-se o empenho em restos a pagar do presente exercício, no qual está sendo realizada a construção.

5377 - No Município de Cedro de São João: dotação recebida através de crédito especial no valor de R\$400.000,00. A licitação para a execução da obra ocorreu em novembro/09, porém sem sucesso, pois restou fracassada. Nova licitação ocorreu em 23/12/09, inscrevendo-se o empenho em restos a pagar do presente exercício, no qual está sendo realizada a construção.

1P20 - Ação de Construção do Anexo I à Sede do Tribunal Regional de Sergipe: prevista para construção em dois exercícios (2008 e 2009). Porém, como a licitação ocorreu somente no final do exercício de 2008 - em função dos entraves para aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos, o início da construção deu-se somente em fevereiro do ano seguinte (2009), inscrevendo-se os empenhos em restos a pagar.

Auxílio-Transporte: A meta física de 64 beneficiados foi lançada pela Setorial em razão do crédito suplementar (Portaria TSE 245/09), considerando o provimento de novos servidores no período entre setembro e novembro de 2008. A projeção enviada por este TRE-SE para solicitação de crédito suplementar limitou-se a um acréscimo de 8 novos beneficiados, tendo em vista as novas

adesões ao programa, decorrentes dos provimentos dos servidores para os cartórios eleitorais do interior, o que elevou a meta para 27 beneficiários.

5.7.3 Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Ações de Benefícios: 2004 – Assistência Médica e Odontológica; 2012 – Auxílio-Alimentação: as metas para 2009 foram definidas com base na execução física do mês de abril/2008, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária de 2009. No final daquele exercício (2008) foi dado provimento a 44 novos servidores, aumentando dessa forma o quantitativo de beneficiários nestas Ações para o exercício seguinte (2009).

4091 - Ação de Capacitação de Recursos Humanos: realização de vários cursos “*in company*”, o que viabilizou a capacitação de um número maior de servidores, devido ao surgimento de algumas demandas: nomeação de novos servidores e implantação de alguns projetos (Planejamento Estratégico e Educação a Distância – EAD). Outro fato que contribuiu positivamente foi o recebimento de crédito suplementar no valor de R\$ 160.000,00 que possibilitou a oferta de um quantitativo maior de cursos. Registre-se que o quantitativo é registrado a cada treinamento realizado por servidor, custeado na ação.

5.7.4 Ações Prioritárias na LDO:

As ações do TRE-SE não estão classificadas como Prioritárias na LDO.

6. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA GESTÃO INSTITUCIONAL:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRE-SE – 2007 A 2012 AVALIAÇÃO 2009

Dimensão: CLIENTE/SOCIEDADE

Objetivo 1 - OFERECER SERVIÇOS ELEITORAIS COM QUALIDADE		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
<p>- ME1. Alcançar 70% de satisfação com os serviços prestados junto aos usuários da Justiça Eleitoral até dezembro de 2012.</p>	<p>- Percentual dos usuários satisfeitos:</p> $\frac{\text{N.º de usuários satisfeitos}}{\text{N.º de usuários consultados}} \times 100$ <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Efetividade.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 90,23% (pesquisa de satisfação realizada em 2009).</p>	<p>- AC1. Estabelecer mecanismos para mensurar a satisfação dos usuários.</p> <p>2009 - Implantar sistema de avaliação dos serviços prestados nas unidades de atendimento.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Avaliação: Durante o ano de 2009, foi realizada pesquisa de satisfação dos usuários nos pontos de atendimento ao eleitor, por meio de um questionário que foi respondido diretamente na urna eletrônica.</p>

Objetivo 1 - OFERECER SERVIÇOS ELEITORAIS COM QUALIDADE

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
		<p>- AC2. Ampliar os meios de atendimento ao eleitor e o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral.</p> <p><u>2009</u> - Implementar o envio/recebimento de nominatas por meio eletrônico; Implantar Diário de Justiça Eletrônico; Criar o Informativo do TRE-SE; Implantar a Jurisprudência Temática; Indexar os principais Julgados no exercício; Digitalizar os Acórdãos e Resoluções de exercícios anteriores (2003 a 2008); Implantar Sistema de Análise de LOG; Implantar o SADP ZONA.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), STI, SAO, SGP, SJD, COCRE.</p> <p>- Avaliação: Ação implementada..</p>

Objetivo 1 - OFERECER SERVIÇOS ELEITORAIS COM QUALIDADE

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
		<p>- AC3. Ampliar os canais de comunicação com os usuários.</p> <p><u>2009</u> - Implantar ouvidoria do TRE/SE; Implantar o serviço FALE COM A CORREGEDORIA; Estabelecer comunicação com o TJ, sobre endereços, por meio eletrônico; Melhorar o site do TRE; Formar turma de servidores aptos a conceder entrevistas; Formar turma de servidores aptos a conceder palestras.</p> <p>- Responsável: STI (coordenação), ASCOM, COCRE e SGP.</p> <p>- Avaliação: Ações executadas em parte, devido a implantação da rádioweb e do serviço FALE COM A CORREGEDORIA (implantado no dia 12/11/2009).</p> <p>- Medidas a implementar: As ações serão continuadas em 2010 dentro do Projeto Estratégico “Política de Comunicação Institucional”, conforme Planejamento Estratégico 2010-2014, aprovado por meio da Resolução TRE/SE nº 169, de 15/12/09. Por exigência do CNJ, a Ouvidoria do TRE/SE foi criada por meio da Resolução TRE/SE nº 49/2010.</p>

Objetivo 1 - OFERECER SERVIÇOS ELEITORAIS COM QUALIDADE

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
		<p>- AC4. Implementar o processo digital nos serviços jurisdicionais.</p> <p>- Responsável: SJD, STI.</p> <p>- AVALIAÇÃO: Iniciadas as atividades de mapeamento dos processos de trabalho visando a implantação do Processo Judicial Eletrônico.</p> <p>- Medidas a implementar: Em 2010 o TRE/SE está desenvolvendo o processo de petição eletrônica. O sistema para implementação do processo digital está sendo desenvolvido pelo TSE.</p> <hr/> <p>- AC5. Criar instrumentos normativos para regulamentar procedimentos e prazos não previstos.</p> <p>2009 - Instituir a padronização dos Acórdãos, Resoluções e dos Atos e Procedimentos Cartorários.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), DG, SJD, STI, SAO, SGP, COCRE.</p> <p>- Avaliação: Ação parcialmente cumprida. A Resolução TRE/SE nº 47/2010 disciplinou os procedimentos relativos à composição e formatação dos acórdãos e resoluções no âmbito do TRE/SE.</p>

Objetivo 2 – AMPLIAR A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
<p>- ME2. Desenvolver, no mínimo, 3 ações de conscientização ambiental até dezembro de cada ano.</p>	<p>- Quantidade de ações realizadas durante o ano.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: Desenvolvimento de 4 ações de conscientização ambiental.</p>	<p>- AC6. Desenvolver ações de responsabilidade ambiental.</p> <p>2009 - Expandir as ações do Programa “Nosso Ambiente” para os cartórios eleitorais.</p> <p>- Responsável: COPEG, SAO, COMISSÃO.</p> <p>- Avaliação: Durante o ano de 2009 foram desenvolvidas ações de conscientização ambiental, tais como: palestras, passeio ciclístico, decoração junina em material reciclado, confecção de blocos em papel rascunho. O Programa também foi expandido para os Cartórios Eleitorais através do envio de kits de material reciclado contendo bandeja para papel rascunho, cesta para descarte de papel e porta lápis. O papel destinado à reciclagem produzido em alguns cartórios foi enviado ao TRE no transporte trimestral. Em seguida, esse material foi destinado à Cooperativa dos Agentes de Reciclagem de Aracaju (CARE) para reciclagem.</p>

Objetivo 2 – AMPLIAR A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
<p>- ME3. Desenvolver, no mínimo, 3 ações de cidadania até dezembro de cada ano.</p>	<p>- Quantidade de ações realizadas durante o ano.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 3 ações realizadas, sendo 2 do Eleitor do Futuro (Peça Teatral e Votação Eletrônica) e 1 do Mesário Voluntário.</p>	<p>- AC7. Desenvolver ações de responsabilidade social.</p> <p>2009 - Dar seguimento ao Projeto “Você é a Justiça Eleitoral”;</p> <p>Dar seguimento ao Projeto “Eleitor do Futuro”;</p> <p>Dar seguimento ao Projeto “Mesário: um cidadão especial”;</p> <p>Dinamizar o Cemel;</p> <p>Implantar o projeto “Resgate Histórico da JE de Sergipe”.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), SJD, SGP, SAO, STI, COMISSÃO.</p> <p>- Avaliação: Realização do Projeto Eleitor do Futuro, com 11 apresentações da segunda versão da peça teatral “O Povo Tem Poder, Quer Ver?” e votação pelos estudantes participantes na urna eletrônica. Realização do Projeto Mesário: um Cidadão Especial, com a celebração de convênios com as universidades e a ampliação das campanhas visando ao aumento do inscrição de candidatos a mesários voluntários.</p> <p>A Dinamização do CEMEL e o Resgate Históricos da Justiça Eleitoral foram executados parcialmente em virtude da necessidade de remanejamento de recursos orçamentários. A execução do projeto Você é a Justiça Eleitoral será reavaliada pela administração.</p> <p>- Medidas a implementar: A partir de 2010 será desenvolvido o Projeto Estratégico “Resgate Histórico da Justiça Eleitoral” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>

Objetivo 2 – AMPLIAR A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO E SUGESTÕES
<p>- ME4. Ajustar 100% dos processos de aquisição de bens e serviços aos critérios ecológicamente adequados até junho de 2010.</p>	<p>- Percentual de processos ajustados: $\frac{\text{N.º de processos ajustados}}{\text{N.º de processos de aquisição}} \times 100$ Responsável: SAO. Tipo: Eficácia. - Resultado não apurado em 2009 em razão do alinhamento estratégico com o TSE e com o CNJ.</p>	<p>- AC8. Definir procedimentos para o estabelecimento de práticas eco-eficientes. Responsável: SAO, COPEG. Avaliação: Não houve ações previstas para 2009.</p>

Dimensão: PROCESSOS INTERNOS

Objetivo 3 - DESENVOLVER A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME5. Atingir 80% de satisfação com a política de comunicação por exercício.</p>	<p>- Percentual dos usuários satisfeitos com a política de comunicação:</p> <p>$\frac{\text{N.º de usuários satisfeitos}}{\text{N.º de usuários consultados}} \times 100$</p> <p>- Responsável: ASCOM.</p> <p>- Tipo: Efetividade.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 em razão do alinhamento estratégico com o TSE e com o CNJ.</p>	<p>- AC9. Elaborar política de comunicação institucional.</p> <p>- Responsável: PRES/ASCOM (coordenação), COCRE, DG, SAO, SGP, STI, SJD.</p> <p>- Avaliação: Ação iniciada em 2009.</p> <p>Medidas a implementar: Deverá ser aprimorada através do Projeto Estratégico “Política de Comunicação Institucional” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>
		<p>- AC10. Realizar ações de benchmarking em comunicação.</p> <p>- Responsável: ASCOM.</p> <p>- Avaliação: Ação realizada em 2009 junto a instituições públicas.</p>
		<p>- AC11. Desenvolver instrumentos para a disseminação dos atos e fatos institucionais nos ambientes interno e externo.</p> <p>2009 - Implantar a RÁDIO WEB; Implementar estratégia para a atualização permanente do INFORMES; Incrementar o Periódico O PLEITO.</p> <p>- Responsável: PRES/ASCOM (coordenação), COCRE, DG, SAO, SGP, STI, SJD.</p> <p>- Avaliação: Ações realizadas.</p> <p>Medidas a implementar: Deverão ser aprimoradas através do Projeto Estratégico “Política de Comunicação Institucional” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>

Objetivo 3 - DESENVOLVER A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
		<p>- AC12. Implantar ações de endomarketing.</p> <p>- Responsável: ASCOM, SGP.</p> <p>- Avaliação: Ação iniciada em 2009.</p> <p>- Medidas a implementar: Desenvolvimento de novas ações a partir da execução do Projeto “Comunicação Interna Estratégica” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>
<p>-ME6. Redesenhar 100% dos processos críticos até dezembro de 2009.</p>	<p>- Percentual de processos críticos:</p> <p align="center">N.º de processos críticos redesenhados X 100 N.º de processos críticos</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 em razão do alinhamento estratégico com o TSE e com o CNJ.</p>	<p>- AC13. Mapear e revisar os processos organizacionais.</p> <p><u>2009</u> - Mapear e avaliar os processos organizacionais críticos.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), DG, COCRE, PRES, SAO, SGP, STI, SJD.</p> <p>- Avaliação: Realizado apenas o mapeamento do processo de diárias.</p> <p>- Medidas a implementar: Previsão da realização do mapeamento dos demais processos críticos em 2010. As ações serão continuadas dentro do Projeto Estratégico “Mapeamento de Processos” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p> <hr/> <p>- AC14. Implantar tecnologia de gestão de processos.</p> <p>- Responsável: COPEG, STI.</p> <p>- Avaliação: Não implantada em 2009.</p> <p>- Medidas a implementar: Ação a ser avaliada no Projeto Estratégico “Mapeamento de Processos” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>

Objetivo 4 - DESENVOLVER GESTÃO DE PROCESSOS

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>-ME7. Desenvolver e aplicar um modelo de planejamento operacional das Eleições até março de 2010.</p>	<p>- Modelo de planejamento implantado.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 em razão do alinhamento estratégico com o TSE e com o CNJ.</p>	<p>- AC15. Criar instrumentos para otimizar os processos críticos eleitorais (prestação de contas, filiação partidária, registro de candidaturas e alistamento). <u>2009</u> - Otimizar o processo eleitoral “Fechamento do Cadastro de Eleitores”; Otimizar o processo eleitoral “Requisição de veículos/transporte de urnas”; Redesenvolvimento do sistema CONSCAD (consulta à base de dados de eleitores).</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), DG, COCRE, PRES, SAO, SGP, STI, SJD.</p> <p>- Avaliação: O sistema CONSCAD foi 100% redesenvolvido e disponibilizado via intranet.</p> <p>- Medidas a implementar: As ações serão continuadas a partir de 2010 dentro dos Projetos Estratégicos “Mapeamento de Processos” e “Planejamento Integrado das Eleições” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p> <hr/> <p>- AC16. Aperfeiçoar o processo de planejamento das Eleições.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), DG, COCRE, PRES, SAO, SGP, STI, SJD.</p> <p>- Avaliação: Processo de construção do Planejamento das Eleições, aprimorado através de mapeamento das atividades da Secretaria do TRE e Zonas Eleitorais, relacionadas à organização do pleito, com atribuição de responsabilidades e previsão de execução, utilizando-se de ferramenta de gerenciamento de projetos (dotProject).</p> <p>- Medidas a implementar: As ações serão continuadas a partir de 2010 dentro do Projeto Estratégico “Planejamento Integrado de Eleições” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>

Objetivo 4 – DESENVOLVER GESTÃO DE PROCESSOS

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME8. Implantar o modelo de Gestão de Projetos até junho de 2010.</p>	<p>- Modelo de Gestão de Projetos implantado.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 - apuração prevista, conforme Planejamento Estratégico, para o ano de 2010.</p>	<p>- AC17. Definir metodologia de elaboração e gerenciamento de projetos.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Avaliação: Alteração do Regimento Interno, por meio da Resolução TRE/SE nº 142/09, a qual criou a Seção de Gestão do Planejamento e Gerenciamento de Projetos (SEGEP).</p>
		<p>- AC18. Dotar a COPEG de recursos estruturais e metodológicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.</p> <p>- Responsável: DG, COPEG.</p> <p>- Avaliação: Alteração do Regimento Interno, por meio da Resolução TRE/SE nº 142/09, a qual reestruturou a COPEG, que passou a contar com as seguintes seções: Seção de Gestão do Planejamento e Gerenciamento de Projetos (SEGEP), Seção de Otimização dos Processos Organizacionais (SEORG) e Seção de Acompanhamento de Dados Estatísticos (SEADE).</p>
		<p>- AC19. Disseminar a cultura de gestão de projetos.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, SGP, STI, SJD.</p> <p>- Avaliação: Alteração do Regimento Interno, por meio da Resolução TRE/SE nº 142/09, a qual criou a Seção de Gestão do Planejamento e Gerenciamento de Projetos (SEGEP).</p>

Objetivo 4 – DESENVOLVER GESTÃO DE PROCESSOS

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME9. Implantar Sistema de Mensuração de Resultados da gestão até dezembro de 2011.</p>	<p>- Modelo de Sistema de Mensuração de Resultados implantado.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 - apuração prevista, conforme Planejamento Estratégico, para o ano de 2011.</p>	<p>- AC20. Instituir Sistema de Mensuração de Resultados da gestão.</p> <p>- Responsável: COPEG, STI.</p> <p>- Avaliação: ação não prevista para ser realizada em 2009.</p> <hr/> <p>- AC21. Disseminar cultura de mensuração de resultados.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, SGP, STI, SJD.</p> <p>- Avaliação: ação não prevista para ser realizada em 2009.</p>

Dimensão: PESSOAS E MODERNIZAÇÃO

Objetivo 5 - OTIMIZAR A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME10. Implementar, pelo menos, 90% do Plano de Desenvolvimento de Soluções Informatizadas em cada exercício.</p>	<p>Média ponderada do percentual de cada solicitação implementada.</p> <p>- Responsável: STI.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 em razão do alinhamento estratégico com o TSE e com o CNJ.</p>	<p>- AC22. Elaborar plano de trabalho para o atendimento às solicitações de informática.</p> <p>2009 - Executar o plano anual de atendimento às solicitações de Informática;</p> <p>Implantar o PORTAL DO PLENO.</p> <p>- Responsável: STI.</p> <p>- Avaliação: Implantação do sistema iPleno e elaboração do plano de trabalho para desenvolvimento de sistemas.</p>
		<p>- AC23. Desenvolver projeto para implantação de softwares livres.</p> <p>2009 - Expandir a implantação de softwares livres para os Cartórios Eleitorais.</p> <p>- Responsável: STI.</p> <p>- Avaliação: Implantação de ferramenta de comunicação instantânea entre os servidores (pidgin) em todo o Estado.</p>
		<p>- AC24. Implementar ações para a melhoria do suporte e manutenção de sistemas e equipamentos.</p> <p>2009 - Implantar a ferramenta Help Desk para o suporte de Informática.</p> <p>- Responsável: STI.</p> <p>- Avaliação: Ferramenta Help Desk implantada no âmbito da Justiça Eleitoral de Sergipe.</p>

Objetivo 5 - OTIMIZAR A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> - AC25. Elaborar projeto para a integração dos sistemas administrativos. - Responsável: STI (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, SGP, SJD. - Avaliação: Ação não implementada. - Medidas a implementar: A execução será avaliada pelo Projeto PETIC (Planejamento Estratégico 2010-2014).

Objetivo 6 - ASSEGURAR A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA AO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME11. Dotar 70% dos Cartórios Eleitorais com estrutura própria até dezembro de 2012.</p>	<p>- Percentual de Cartórios Eleitorais com estrutura própria: $\frac{\text{N.º de Cartórios com estrutura própria}}{\text{N.º total de Cartórios}} \times 100$ <p>- Responsável: SAO. - Tipo: Eficácia. - Resultado apurado em 2009: 47%.</p> </p>	<p>- AC26. Assegurar a alocação dos recursos necessários à construção das novas sedes dos Cartórios Eleitorais <u>2009</u> - Construir o Cartório Eleitoral de Umbaúba; Empreender ações para viabilizar a construção do Cartório Eleitoral de Cedro de São João. - Responsável: PRES, SAO. - Avaliação: Durante o ano de 2009, foram desenvolvidas ações para construção de 2 novas sedes de cartórios eleitorais, nos municípios de Umbaúba e Cedro de São João. Para a construção do Fórum de Umbaúba, foi necessária a aprovação de crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00, fato este que retardou o procedimento de licitação da obra, a qual foi finalizada em dezembro/09. Em relação a Cedro de São João, foi necessária a aprovação de crédito adicional especial no valor de R\$ 400.000,00 para a construção pretendida. Foram realizadas 2 licitações, sendo que a 1ª restou frustrada e a 2ª encerrada com êxito em dezembro/09.</p>
<p>- ME12. Atender 80% das demandas de manutenção dos Cartórios Eleitorais até dezembro de cada ano.</p>	<p>- Percentual de demandas atendidas: $\frac{\text{N.º de demandas atendidas}}{\text{N.º de demandas solicitadas}} \times 100$ <p>- Responsável: SAO. - Tipo: Eficácia. - Resultado apurado em 2009: 88,75%.</p> </p>	<p>- AC27. Desenvolver política de manutenção da infra-estrutura dos Cartórios Eleitorais. - Responsável: SAO. - Avaliação: Ação implementada com o auxílio da ferramenta <i>Helpdesk</i>.</p> <p>- AC28. Elaborar plano de apoio logístico para os Cartórios Eleitorais. - Responsável: SAO. - Avaliação: Ação implementada, por meio de Comissão designada para avaliar e sugerir medidas visando dinamizar o suporte logístico aos Cartórios.</p>

Objetivo 6 - ASSEGURAR A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA AO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME13. Construir o anexo da nova sede da Secretaria do TRE/SE até dezembro de 2009.</p>	<p>- Anexo construído.</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: Anexo não concluído em 2009 (47,03% construído).</p>	<p>- AC29. Readaptar e estrutura física da sede e suas instalações às necessidades tecnológicas e de pessoal.</p> <p>2009 - Construir o anexo da Sede do TRE/SE.</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Avaliação: Esta obra foi prevista para construção em dois exercícios (2008 e 2009). Porém, em função de alguns entraves (a exemplo da demora na aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos), a obra será entregue em 2010.</p>

Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME14. Oferecer, no mínimo, uma oportunidade de aprendizagem para cada servidor por Exercício (Resolução TSE 22.572/07).</p>	<p>- Percentual de servidores capacitados:</p> <p align="center"> $\frac{\text{N.º de servidores capacitados } (\geq 1 \text{ oport.})}{\text{N.º total de servidores}} \times 100$ </p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 90%.</p>	<p>- AC30. Instituir Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da Justiça Eleitoral de Sergipe.</p> <p>2009 - Elaborar o Programa de Capacitação e Desenvolvimento;</p> <p>Ampliar o processo de ambientação para os novos Membros e ocupantes de cargo em comissão não efetivos;</p> <p>Incrementar as ações da EJE;</p> <p>Implantar Ensino à Distância.</p> <p>- Responsável: <u>SGP/DG/EJE</u>.</p> <p>- Avaliação: A Elaboração do Programa de Capacitação e Desenvolvimento, a ampliação do processo de ambientação e a implementação do ensino à distância foram executadas.</p> <p>As ações da EJE foram incrementadas por meio de parceria com a ESMESE em 2010.</p>
<p>- ME15. Oferecer, no mínimo, 30h de capacitação destinadas à formação de gestores para cada ocupante de função gerencial, a cada dois Exercícios (Resolução TSE 22.572/07).</p>	<p>- Percentual de gestores capacitados:</p> <p align="center"> $\frac{\text{N.º de gestores capacitados } (\geq 30h)}{\text{N.º total de gestores}} \times 100$ </p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 96%.</p>	<p>- AC31. Dotar a COEDE dos recursos estruturais e metodológicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.</p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Avaliação: Ação não prevista para 2009.</p> <p>- Medidas a implementar: A execução será avaliada dentro do Projeto Estratégico “Gestão por Competências” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>

Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME16. Implantar a Gestão por Competência até junho de 2011.</p>	<p>- Gestão por Competência implantada.</p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 - apuração prevista, conforme Planejamento Estratégico, para o ano de 2011.</p>	<p>- AC32. Mapear as competências dos processos organizacionais.</p> <p>2009 - Criar banco de talentos.</p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Avaliação: Banco de Talentos criado, disponibilizado na intranet em setembro de 2009.</p> <hr/> <p>- AC33. Identificar as discrepâncias de competências com relação aos processos para efeito da capacitação, lotação e desenvolvimento de servidores.</p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Avaliação: Ação não prevista para 2009.</p> <p>- Medidas a implementar: A execução será avaliada dentro do Projeto Estratégico “Gestão por Competências” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>
<p>- ME17. Manter 100% dos Cartórios Eleitorais com quadro de pessoal compatível com as atividades realizadas até dezembro de 2009.</p>	<p>- Percentual de Cartórios com quadro de pessoal compatível:</p> <p align="center">N.º de Cartórios com Quadro de pessoal compatível X100</p> <p align="center">N.º total de Cartórios</p> <p>- Responsável: COCRE.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado não apurado em 2009 em razão do alinhamento estratégico com o TSE e com o CNJ.</p>	<p>- AC34. Realizar estudo de dimensionamento de pessoal dos Cartórios Eleitorais.</p> <p>2009 - Estabelecer estratégia para suporte de pessoal nos cartórios eleitorais.</p> <p>- Responsável: SGP, COCRE.</p> <p>- Avaliação: Ação não realizada em 2009, por ser desnecessário o suporte aos Cartórios em anos não Eleitorais.</p> <hr/> <p>- AC35. Adotar providências para alocação de pessoal.</p> <p>- Responsável: DG, SGP.</p> <p>- Avaliação: Ação foi reavaliada pela administração e extrapola as competências deste TRE, uma vez que as vagas para cargos efetivos são criadas por lei, devendo os claros de lotação ser preenchidos da mesma forma.</p>

Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME18. Alcançar o índice de 70% de satisfação interna até dezembro de 2009</p>	<p>Percentual de satisfação do clima organizacional.</p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Tipo: Efetividade.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 59,5% de satisfação interna (média - sede do TRE/SE e Cartórios Eleitorais).</p>	<p>- AC36. Realizar pesquisa de clima organizacional.</p> <p>- Responsável: SGP, DG.</p> <p>- Avaliação: Pesquisa de Clima Organizacional realizada em agosto de 2009.</p>
		<p>- AC37. Desenvolver projeto para oferecimento de serviços de natureza esportiva, cultural, artística e social aos servidores.</p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Avaliação: Ação não prevista para 2009.</p>
		<p>- AC38. Desenvolver projeto de prevenção de doenças do trabalho e promoção da saúde física e mental</p> <p>2009 - Incrementar o programa “Saúde Integral”.</p> <p>- Responsável: SGP.</p> <p>- Avaliação: Diversas ações de incremento foram realizadas: vídeo de ginástica laboral, dicas de saúde, realização de palestras.</p> <p>- Medidas a implementar: Projeto Saúde Integral (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>

Objetivo 7 - MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME19. Implantar modelo de gestão compartilhada até junho de 2011.</p>	<p>- Modelo de gestão aprovado.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p>	<p>- AC39. Definir instrumentos para a implantação do modelo de gestão compartilhada.</p> <p>- Responsável: COPEG.</p> <p>- Avaliação: Ação não prevista para ser realizada em 2009.</p>
	<p>- Resultado não apurado em 2009 - apuração prevista, conforme Planejamento Estratégico, para o ano de 2011.</p>	<p>- AC40. Disseminar a cultura de gestão compartilhada.</p> <p>- Responsável: COPEG (coordenação), COCRE, PRES, DG, SAO, STI, SJD, SGP.</p> <p>- Avaliação: Ação não prevista para ser realizada em 2009.</p>

Dimensão: ORÇAMENTO

Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO
<p>- ME20. Reduzir em até 10% os gastos a cada pleito</p>	<p>- Percentual de redução de gastos: $\frac{(\text{Gastos pleito anterior}^* - \text{Gastos pleito do ano}) \times 100}{\text{Gastos pleito anterior}}$ </p>	<p>- AC41. Otimizar os gastos institucionais inerentes ao processo eleitoral. Responsável: SAO. Avaliação: Ação não aplicável em anos não eleitorais.</p>
	<p>- Responsável: SAO. Tipo: Eficiência. - Previsão de apuração do resultado apenas em anos eleitorais.</p>	<p>- AC42. Implementar medidas para reduzir os serviços extraordinários. 2009 - Realizar estudo para melhorar a concessão de serviços extraordinários. Responsável: SGP (coordenação), PRES, DG, COCRE, SAO, STI, SJD, Cartórios. Avaliação: Ação não aplicável em anos não eleitorais.</p>

Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO
<p>ME21. Executar 99% dos recursos aprovados em cada Exercício.</p>	<p>- Percentual de dotação orçamentária executada:</p> <p align="center">$\frac{\text{Dotação executada}}{\text{Dotação aprovada}} \times 100$</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Tipo: Eficácia.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 99%.</p>	<p>- AC43. Empreender ações para envolver todas as unidades no planejamento e execução orçamentária.</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Avaliação: o cumprimento da ação foi fruto de um trabalho de envolvimento das Unidades na programação das suas despesas, diretamente através do sistema SIGO. Também foi realizado o remanejamento de dotação, resultando num melhor aproveitamento dos recursos orçamentários.</p> <p>- Medidas a implementar: A implantação Gestão Orçamentária Compartilhada está prevista no Planejamento Estratégico 2010-2014, cuja finalidade é a descentralização da gestão orçamentária, possibilitando que as Unidades se tornem co-responsáveis pela programação e execução das despesas aprovadas.</p> <hr/> <p>- AC44. Adotar procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação orçamentária.</p> <p><u>2009</u> - Efetuar planejamento dos processos licitatórios.</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Avaliação: Foi implementado, em 2009, o plano anual de aquisições. No final do exercício, foi realizada a consulta às Unidades para o ano de 2010, inclusive quanto ao planejamento das demandas para a Eleição.</p>

Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS - AVALIAÇÃO
<p>- ME22. Reduzir em até 10% o custo com a manutenção da instituição até 2012 (2% a cada Exercício).</p>	<p>- Percentual de redução de custo de manutenção:</p> <p>Custo de manut. do ano anterior - $\frac{\text{Custo de manut. do ano atual}}{\text{Custo de manut. do ano anterior}} \times 100$ (p/ natureza do imóvel)</p> <p>OBS: sede e Cartórios da capital, próprios, alugados ou cedidos.</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Tipo: Eficiência.</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 1,9% (aumento dos custos operacionais em função da ampliação da infra-estrutura e do ingresso de novos servidores).</p>	<p>- AC45. Implantar sistema de gestão de custos.</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Avaliação: Ação não prevista para 2009.</p>
		<p>- AC46. Implementar política de gestão de suprimentos.</p> <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Avaliação: Uma Comissão foi criada com o objetivo de desenvolver estudos à implementação de uma política de gestão de suprimentos, visando o aperfeiçoamento do processo de compras. A comissão apresentou relatório à Presidência apresentando sugestões.</p> <p>- Medidas a implementar: A execução da ação será avaliada nos Projetos Estratégicos “Mapeamento de Processos” e “Otimização dos Gastos Operacionais” (Planejamento Estratégico 2010-2014).</p>
		<p>- AC47. Desenvolver programa permanente de conscientização visando à redução dos gastos institucionais.</p> <p>2009 - Implementar ações de combate ao desperdício.</p> <p>- Responsável: SAO/COMISSÃO.</p> <p>- Avaliação: Adotando o mesmo procedimento do TSE, as ações de combate ao desperdício foram desempenhadas por uma Comissão, a qual, não obstante as restrições orçamentárias, desenvolveu atividades de conscientização dos servidores.</p>

Objetivo 8 - PROMOVER GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

METAS - AVALIAÇÃO	INDICADOR - APURAÇÃO	AÇÕES ESTRATÉGICAS – AVALIAÇÃO
<p>- ME23. Atingir a aprovação de 80% da proposta orçamentária inicial em cada Exercício.</p>	<p>- Percentual de aprovação da proposta orçamentária:</p> $\frac{\text{Orçamento aprovado}}{\text{Orçamento proposto}} \times 100$ <p>- Responsável: SAO.</p> <p>- Tipo: Eficiência</p> <p>- Resultado apurado em 2009: 88%.</p>	<p>- AC48. Empreender ações visando assegurar a aprovação da proposta orçamentária.</p> <p>- Responsável: SAO, DG, PRE, ASCOM.</p> <p>- Avaliação: A proposta orçamentária para 2009, elaborada pelas unidades que compõem o TRE-SE, inicialmente ficou orçada em R\$ 53.651.937,00, contemplando as despesas de pessoal, encargos sociais, custeio e investimento. O orçamento foi aprovado pela Lei 11.897/08 (LOA 2009), de 30/12/08, totalizando R\$ 47.355.099,00, gerando o percentual de 88% de aprovação. Essa Meta não poderá ser mantida pelo TRE-SE.</p>

Fonte dos dados: Planejamento Estratégico do TRE/SE;

Unidade Responsável pelas informações: Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.

7. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

7.1 Composição dos Recursos Humanos

Tabela 13 - Composição dos Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários (RJU)	Σ	S	S
Servidores Ativos*	198	220	-
Servidores Cedidos	0	-	-
Servidores em Licença sem Vencimentos/Remuneração	0	-	-
Servidores Requisitados Cartórios	25	-	-
Servidores Requisitados Secretaria	2	-	-
Servidores Recebidos por Remoção	12	-	-
Servidores Cedidos por Remoção	(14)	-	-
Servidores na UJ em lotação Provisória	2	-	-
Servidores da UJ em lotação provisória em outro órgão	(1)	-	-
Outros Regimes (Municipais e Estaduais)	Σ	S	S
Servidores Requisitados Cartórios	79	-	-
Servidores Requisitados Secretaria	12	-	-
Celetistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	Σ	S	S
Estatutários **	21	28	-
Não Estatutários ***	7	-	-
Terceirizados	84	-	85(****)
Total	427	248	85

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;

Unidades responsáveis pelas informações: Seção de Direitos e Deveres e Seção de Controle de Juízes Eleitorais.

* Total de servidores ativos do quadro próprio, não ocupantes de cargos de livre provimento (CJ);

** Destes, 20 servidores ativos do quadro próprio e 1 requisitado;

*** Destes, 4 servidores sem vínculo e 3 requisitados;

**** Necessidade de mais 1 motorista.

O quadro a seguir contempla a composição e os custos associados ao Quadro de Recursos Humanos da UJ, próprio e terceirizado, estando dividido em duas estruturas de informações distintas, que se descrevem a seguir.

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

Tabela 14 - Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	188	14.646.330,76	-	2.643.616,47	373.249,97	-		
2008	231	16.794.989,98	-	4.185.427,59	649.843,19	-		
2009	232	20.791.151,23	-	4.880.928,80	902.149,99	-		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	4	-	-	508.498,81	-	-		
2008	7	-	-	652.479,32	-	-		
2009	6	-	-	727.343,01	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	1	-	-	86.969,34	-	-		
2008	1	-	-	98.959,90	-	-		
2009	1	-	-	109.280,88	-	-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	59	512.625,02	-	-	-	-	-	-
2008	71	851.572,74	-	-	-	-	-	-
2009	63	913.383,97	22	166.688,32	-	-	-	-

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos/Módulo Folha de Pagamento;
Unidade responsável pelas informações: Seção de Pagamentos – SEPAG.

OBS¹: Os valores relativos aos exercícios de 2007 e 2008 (Conservação e Vigilância) contemplam a categoria de apoio administrativo, haja vista que foi celebrado um contrato único contemplando os dois grupos (conservação e apoio administrativo). Entretanto, em 2009, por determinação da INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008, o TRE-SE passou a contratar por categoria.

OBS²: O TRE-SE não celebrou contratos de terceirização de mão de obra para contratação de pessoal de área-fim, nem tampouco de estagiários.

7.2 Contratos de Terceirização de Área-Fim

Considerando que o TRE/SE não celebrou contratos de terceirização de mão de obra para área-fim, o demonstrativo correspondente constante do item 3, da parte A, do anexo II da DN TCU 100/09 não foi preenchido.

7.3 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A UJ não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

7.4 Análise Crítica

7.4.1 Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

A força de trabalho atual do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe encontra-se atualmente distribuída da seguinte forma:

a) Servidores Efetivos:

Sede- 140

Zonas Eleitorais- **58**

b) Servidores com lotação provisória:

Zonas Eleitorais- 2

c) Removidos para este TRE:

Sede- 09

Zonas Eleitorais- 7

d) Requisitados:

Sede- 20

Zonas Eleitorais- 100

e) Servidores sem vínculo efetivo com a Administração:

Sede- 05

f) Total: 341

Sede- 174

Zonas Eleitorais: 167

Partindo dos dados discriminados, apontamos que a análise crítica do quantitativo da força de trabalho adequada à consecução da missão institucional do tribunal fica inviabilizada tendo em vista a inexistência de um estudo sobre o mapeamento das competências de cada seção/unidade cartorária do Tribunal, bem como seria necessária a fixação de índices para viabilizar a medição do alcance dos objetivos traçados setorialmente em cotejo com a força de trabalho atual de cada unidade.

No Planejamento Estratégico TRE/SE 2007/2012, elaborado pelos servidores deste Tribunal, constava a meta "Implantar a Gestão por competências até junho de 2010". No final de 2009, tal Planejamento foi alinhado ao Planejamento da Justiça Eleitoral e ao Planejamento

Estratégico do Poder Judiciário, definido pelo CNJ na Res. 70/2009. Passou, de forma, a constar do novo Planejamento Estratégico do TRE/SE, o Projeto Gestão por Competências com previsão de início em 2011 e conclusão até 2014.

Este Tribunal, através da SGP, começou em 2009 a se capacitar no sentido de conhecer a metodologia do processo por competências, porém, em função da alteração do Planejamento Estratégico, da complexidade do tema e de deficiência orçamentária que o caso requeria, ficou previsto para 2011 a contratação de consultoria para auxiliar na viabilização deste Projeto.

Assim sendo, informamos a impossibilidade de se fazer uma análise crítica referente à adequação **qualitativa** do quadro à missão organizacional, vez que, para tal análise seria necessário termos o conhecimento das competências tanto dos servidores quanto das unidades deste TRE, o que se obtém como consequência de uma Gestão por Competências implementada.

7.4.2 Adequação dos quantitativos de área-meios em relação à área-fim

As unidades de área-meio tem por finalidade dar suporte às de área-fim nos mais diversos aspectos, quais sejam, pessoal, informática, orçamentário, administrativo.

Por outro lado, definiu-se como unidades de área-fim aquelas que prestam atendimento direto ao eleitor ou que estão ligadas à prestação jurisdicional, representadas, neste Tribunal, pelos Cartórios Eleitorais e pela Secretaria Judiciária.

Informamos que o quantitativo de servidores em exercício (efetivos em exercício no TRE/SE, lotação provisória, removidos para este Tribunal, requisitados/cedidos) nas unidades de área-fim e de área-meio, é de 199 e de 139 servidores, respectivamente, havendo uma relação compatível entre o quantitativo das duas áreas.

7.4.3 Desempenho funcional dos servidores e funcionários

Preliminarmente, manifestamos nosso entendimento quanto a importância da avaliação de desempenho para todos os servidores do Tribunal, visto que, este processo subsidia uma política de lotação mais adequada e orienta no Plano de Capacitação, permitindo um melhor desempenho funcional.

Informamos que dentro do Projeto de Gestão por Competências, integrante do Planejamento Estratégico 2010/2014, está contemplado um novo modelo de avaliação de desempenho, com prazo para ser totalmente implementado até 2014.

Informamos, ainda, que dos 218 servidores efetivos do quadro deste TRE, 125 participaram em 2009 do processo de avaliação, de acordo com o previsto na Resolução TSE 22.582/07, uma vez que, ainda não tinham atingido o último nível na carreira. Dos 125 servidores acima citados, 45 se encontravam no Estágio Probatório.

7.4.4 Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:

Apontamos que a análise crítica desse item fica inviabilizada tendo considerando a inexistência de um estudo sobre o mapeamento das competências de cada seção/ unidade cartorária do Tribunal, bem como seria necessária a fixação de índices para viabilizar a medição do alcance dos objetivos traçados setorialmente em cotejo com a força de trabalho atual de cada unidade.

No Planejamento Estratégico TRE/SE 2007/2012, elaborado pelos servidores deste Tribunal, constava a meta "Implantar a Gestão por competências até junho de 2010". No final de 2009, tal Planejamento foi alinhado ao Planejamento da Justiça Eleitoral e ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, definido pelo CNJ na Res. 70/2009. Passou, de forma, a constar do novo Planejamento Estratégico do TRE/SE, o Projeto Gestão por Competências com previsão de início em 2011 e conclusão até 2014.

Este Tribunal, através da SGP, começou em 2009 a se capacitar no sentido de conhecer a metodologia do processo por competências, porém, em função da alteração do Planejamento Estratégico, da complexidade do tema e de deficiência orçamentária que o caso requeria, ficou previsto para 2011 a contratação de consultoria para auxiliar na viabilização deste Projeto.

No tocante aos terceirizados, em 2009, o quantitativo de mão de obra disponibilizado pelas empresas contratadas atendia as necessidades da atividade meio do TRE/SE, quais sejam: limpeza e conservação, vigilância, apoio administrativo e condução de veículos.

Entretanto, em agosto de 2009, verificou-se a necessidade de mais 1 (um) condutor de veículo, para atendimento das demandas de 2 (duas) Zonas Eleitorais que estavam carentes do serviço de transporte para cumprimento das suas atividades diárias.

7.4.5 Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo

Entendemos a necessidade de renovação do quadro próprio como sendo a realização de concurso público para preenchimento de cargos vagos existentes ou criados por lei para adequação do quadro.

Informamos que este TRE possui 2 cargos vagos de Técnico Judiciário, que não foram providos em virtude de aguardo de decisão judicial.

NOMEADO EM 2009					
NOME	CARGO	ÁREA	ESPECIALIDADE	QUANT. VAGAS GERAL	RESERVA (PNE)
GEDALIAS BASTOS FREIRE	Analista Judiciário	Apoio Espec.	Análise de Sistemas	-	1
TOTAL				-	1

7.4.6 Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos

Este TRE instituiu através da Instrução Administrativa 14, o Programa de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da Justiça Eleitoral do Estado, assim como o seu gerenciamento e controle, tudo de acordo com a Res. TSE 22.572/07. É um instrumento deste Programa, o Plano de Capacitação, com validade de dois anos, coincidindo com o mandato da Administração Superior do Tribunal.

O Plano de Capacitação é desenvolvido a partir do Levantamento das Necessidades de Treinamento realizado junto às unidades da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais. As necessidades de treinamento levantadas são submetidas à apreciação do Diretor-Geral, Secretários e Coordenadores para definição de prioridades.

Para a definição das modalidades de eventos para as ações de capacitação previstas, deve ser observada a ordem de preferência a seguir: eventos à distância, eventos internos, eventos externos no mercado local, eventos externos em outros Estados, a fim de otimizar o orçamento atingindo um maior número de servidores.

Informamos que, o Plano de Capacitação 2009, foi cumprido tanto de forma a atender os requisitos acima descritos, quanto em relação aos eventos programados, gerando um total de 1051 capacitações através de Encontros ou Reuniões, conforme discriminado abaixo:

Eventos externos dentro do estado

Total de eventos: 15

Total de envolvidos: 36 (com repetições de servidores)

Eventos externos fora do estado

Total de eventos: 62

Total de envolvidos: 116 (com repetições de servidores)

Eventos internos (in company)

Total de eventos: 26

Total de envolvidos: 899 (com repetições de servidores)

Efeitos dos planos demissionais

Não existe no âmbito deste TRE.

7.4.7 Impactos da terceirização na produtividade da UJ:

A terceirização, no âmbito do TRE-SE, se restringe a atividade meio. Em razão disso, o trabalho desenvolvido por essa mão de obra não tem um impacto direto na atividade finalística da Justiça Eleitoral. Entretanto, convém registrar que, indiretamente, o trabalho desenvolvido pela mão de obra terceirizada exerce influência positiva na produtividade do TRE-SE, uma vez que a terceirização das atividades de conservação, limpeza, vigilância, apoio administrativo e transporte possibilita à Justiça Eleitoral Sergipana uma maior dedicação a sua atividade fim, qual seja, gestão do processo eleitoral.

7.4.8 Política remuneratória da UJ

Os Tribunais Eleitorais não tem política remuneratória instituída, uma vez que as remunerações dos cargos efetivo e das funções/cargos comissionados são taxativamente fixadas em Lei.

7.4.9 Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ

A partir dos dados levantados constata-se que grande parte do débito do Tribunal para com seus servidores ainda não saldado é originada pela dificuldade de identificação dos beneficiários das quantias apuradas, tendo em vista o falecimento dos servidores/pensionistas diretamente envolvidos, o que gera a obrigação de apresentação de alvarás judiciais para a correta destinação.

Quanto à quitação dos pagamentos referentes aos quintos incorporados pelos servidores, houve recomendação do Tribunal Superior Eleitoral para que os procedimentos pertinentes fossem definidos pelo Supremo Tribunal Federal que iria abranger toda a Justiça Federal.

A quitação dos demais passivos discriminados depende sempre de existência de recursos orçamentários por se tratar de verbas de exercícios anteriores.

7.4.10 Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública, quando houver

Não é aplicável no âmbito do TRE/SE.

8. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve registro de passivos, relativo a fornecedores, por insuficiência de créditos ou recursos, na conta 2.1.2.1.1.11.00, razão pela qual o demonstrativo correspondente, constante do item 4, da parte A, do anexo II da DN TCU 100/09, não foi preenchido.

9. INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO

9.1 Pagamento de Restos a Pagar

Tabela 15 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	7.009,46	0,00	7.009,46	0,00
2007	843,00	0,00	843,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	4.068.051,37	124.878,97	2.993.922,72	949.249,68
2007	23.307,35	12.950,80	1.079,05	9.277,50

Observações: A validade dos Restos a Pagar não processados inscritos em 2007 ficou prorrogada até 30 de dezembro de 2009, de acordo com o Decreto nº 6.708, de 23/12/2008.

Fonte dos dados: SIAFI;

Unidade responsável pelo preenchimento: SAO/COFIN/SECOG.

9.2 Análise Crítica

Foram adotadas as seguintes medidas visando à redução das inscrições em restos a pagar:

- empreender ações para recebimento das doações dos terrenos destinados às construções de cartórios no exercício anterior à solicitação de créditos orçamentários;

- implementação do planejamento dos procedimentos licitatórios, definindo-se um cronograma para a realização das licitações em tempo hábil, possibilitando a liquidação e pagamento no próprio exercício;

- estabelecimento de prazos limites para a aquisição de bens e contratação de serviços, inclusive por dispensa ou inexigibilidade.

No que se refere as obras, ainda permanece um considerável valor em restos a pagar, tendo em vista que as licitações para elaboração dos projetos arquitetônicos e complementares e para a execução da obra tramitam no mesmo exercício. Com isso, a conclusão de todo o processo ocorre no final do ano, ficando a construção para o exercício seguinte com empenho inscrito em restos a pagar.

Para sanar este problema, foi sugerido o lançamento das despesas com elaboração de projetos em um exercício e a execução da obra no seguinte, o que não foi acatado pelo TSE que alegou a não aprovação por parte do Ministério do Planejamento de projetos de construção com previsão para mais de um exercício.

O único empenho inscrito em RP referente a exercício anterior a 2008 é relativo a despesas com projetos para o Anexo I à Sede do TRE/SE cuja obra encontra-se em andamento.

Em razão de pendências não sanadas pela contratada a liquidação do referido empenho ainda não foi realizada.

10. TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIOS E OUTROS TIPOS)

O TRE-SE não realizou transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição, razão pela qual o quadro anexo ao item 6, da parte A, do anexo II, da DN TCU 100/09 não foi preenchido, nem tampouco existe análise crítica a ser feita.

11. CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

O TRE-SE não possui entidade fechada de previdência complementar patrocinada, razão pela qual o quadro constante do item 7, da parte A, do anexo II da DN TCU 100/09 não foi preenchido.

12. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Tabela 16 - Cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE - TRE/SE					O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.703/2008-0	0451-10/2009-PL	9.7	RE	Ofício 206/2009 TCU/SEMAG-1DT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público da União, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Justiça do Trabalho e Tribunal de Contas da União					O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema
Descrição da Deliberação:					
<p>9.7. recomendar aos titulares dos Poderes e órgãos autônomos referidos no artigo 20 da LRF que:</p> <p>9.7.1. adotem medidas com vistas a fortalecer os instrumentos de planejamento e controle da execução orçamentária, de forma a impedir que despesas dos órgãos e entidades da administração indireta a eles vinculados sejam executadas sem dotação orçamentária suficiente, prática essa em desacordo com as disposições do artigo 167, inciso II, da Constituição Federal e artigos 15, 16 e 37, inciso IV da LRF;</p> <p>9.7.2. orientem os órgãos e, sobretudo, as entidades da administração indireta a eles vinculados, a registrarem o montante das despesas eventualmente executadas sem o devido crédito orçamentário, na conta 2.1.2.1.1.11.00, disponível no SIAFI para registro de “Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos”, sem prejuízo do disposto nos artigos 15, 16 e 37, inciso IV, da LRF.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO – SAO					A SAO não está cadastrada nesse sistema
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A recomendação já vem sendo cumprida pelo TRE/SE, tanto a descrita no subitem 9.7.1, quanto no 9.7.2, visto que as despesas somente são executadas quando existe dotação orçamentária suficiente e adequada para tanto. Por consequência, não há registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.					
Síntese dos resultados obtidos					
subitem 9.7.1: despesas executadas, de acordo com a disponibilidade orçamentária existente; subitem 9.7.2: O TRE/SE não tem registros de passivos, relativo a fornecedores, reconhecidos na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00 - por insuficiência de crédito/recursos..					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Um dos instrumentos de planejamento e controle da execução orçamentária do TRE/SE é o planejamento anual das licitações, que possibilita a realização dos certames licitatórios em tempo hábil e o aproveitamento das possíveis sobras orçamentárias. No final do exercício de 2009, foi realizada a consulta às Unidades para o ano de 2010, inclusive quanto ao planejamento das demandas para a Eleição. Outro controle relevante é o acompanhamento quinzenal da execução das despesas, para verificação de sua conformidade com a programação, possibilitando o realinhamento e remanejamento de dotações entre despesas, junto às Unidades. Destaca-se também a emissão de relatório mensal de controle da execução, que possibilita ao gestor o acompanhamento dos percentuais de execução por ação e grupo de despesa. Ademais, o controle também se dá pelo encaminhamento dos processos licitatórios, de contratação direta e os respectivos aditivos, para análise prévia da Assessoria Jurídica e Coordenadoria de Controle Interno.					

Fonte dos dados: SAO;

Unidade Responsável pelas informações: ASPLAN/SAO.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe					O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 021.566/2006-0	0061-03/09-P	9.3	RE	081/2009-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG	
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe				O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	
Descrição da Deliberação:					
9.3. recomendar aos demais órgãos da Justiça eleitoral, bem como à administração do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal Militar que procedam à correção da vantagem pecuniária individual da Lei nº 10.698, de 2003, incluída nas aposentadorias e pensões civis que detêm paridade e são pagas proporcionalmente, de forma que tal parcela seja paga de acordo com a proporção dos proventos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Seção de Direitos e Deveres – Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas				O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Por se tratar de uma recomendação, esse Regional está fazendo um estudo sobre o caso para somente após, decidir se vai ou não acatar a referida recomendação.					
Síntese dos resultados obtidos					
O TRE está estudando o caso.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;
Unidade responsável pelas informações: Seção de Direitos e Deveres.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe					O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 001.873/2007-2	5665- 35/2009-1	9.5 9.5.1 9.5.2 9.5.3	DE	13969-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG	
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe				O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	
Descrição da Deliberação:					
<p>9.5 determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe – TRE/SE:</p> <p>9.5.1 no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados aos menores sob guarda Victor Hugo Aleluia Leite Santos, João Armando Bezerra Ribeiro, Liz Anne Teixeira de Melo e Luanna Mayara Santos Duarte, em face da não comprovação da dependência econômica em relação aos respectivos instituidores do benefício, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;</p> <p>9.5.2 comunique aos interessados mencionados no subitem 9.5.1 acima a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.5.3 providencie a emissão de novos atos pelo sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal, para os instituidores Adonay Pimentel Aleluia Freitas 9fls. 2/7), Jessé Teixeira Lobo (fls. 12/15) e Manoel Dionízio Barbosa (fls. 25/28), excluindo os menores sob guarda;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Seção de Direitos e Deveres – Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas				O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Expedição dos Ofícios 829-09/SGP e 830-09/SGP aos representantes legais dos menores Victor Hugo Aleluia Leite Santos e Luanna Mayara Santos Duarte, respectivamente.</p> <p>Suspensão do pagamento da pensão aos beneficiários Victor Hugo Aleluia Leite Santos e Luanna Mayara Santos Duarte a partir do mês de novembro de 2009, em virtude da folha de pagamento do corrente mês já ter sido processada.</p> <p>Quanto aos pensionistas João Armando Bezerra Ribeiro e Liz Anne Teixeira de Melo, ambos não estão recebendo a pensão desde 04/01/09 e 06/05/09, respectivamente, quando completaram a idade limite de 21 anos.</p> <p>A Seção de Direitos e Deveres emitiu novos atos pelo sistema SISAC/TCU para os instituidores Adonay Pimentel Aleluia Freitas, Jessé Teixeira Lobo e Manoel Dionízio Barbosa, excluindo os menores sob guarda.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
O TRE atendeu a determinação do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;
Unidade responsável pelas informações: Seção de Direitos e Deveres.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe				O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	016.516/2005-0	3319-20/2009-2	9.1	DE	670/2009-TCU/SECEX-SE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG	
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe					
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1 conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, dar a ele provimento parcial, de modo a alterar a redação do item 1.3 do Acórdão nº 580/2008 – 2ª Câmara, conforme segue:</p> <p>“1. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral/SE que:</p> <p>(...)</p> <p>1.3. instaure procedimento administrativo com vistas a garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa dos três servidores requisitados pelo TRE/SE ao Estado/Município, identificados pelo Controle Interno em razão de percepção cumulativa irregular, até abril/2005, de remuneração integral da função comissionada/cargo em comissão com a do cargo efetivo de origem (item 3.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão), e, caso não acolhidas as razões por eles apresentadas, exija a comprovação junto ao Setor de Pessoal, no prazo de 60 dias, da devolução ao órgão de origem (Estado/Município) de todos os valores que receberam indevidamente a título de remuneração do cargo efetivo, sob pena de terem que ressarcir aos cofres da União a diferença entre as remunerações previstas nos Anexos IV e V e aquelas constantes dos Anexos VI e VII da Lei nº 10.475, de 27/06/2002, considerando a vedação à percepção integral cumulativa daquelas duas remunerações e a opção que manifestaram de perceber unicamente a retribuição integral pelo exercício de função comissionada/cargo em comissão, conforme dispõem o art. 5º, § 1º e 2º, da lei nº 10.475, de 27/6/2002, e o Acórdão TCU 582/2003 – Plenário”.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Seção de Direitos e Deveres – Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Instaurado Procedimento Administrativo 1/09 para garantir o contraditório e a ampla defesa aos servidores envolvidos nos fatos descritos no Acórdão TCU 3319/09.					
Síntese dos resultados obtidos					
O referido procedimento administrativo encontra-se em andamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;
Unidade responsável pelas informações: Seção de Direitos e Deveres.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe				O TRE/SE não está cadastrado nesse sistema	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5				DE	92/2009-Sefip-Circular
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG	
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe					
Descrição da Deliberação:					
Solicita os endereços eletrônicos para os quais deverão ser encaminhadas as diligências eletrônicas do TCU.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Seção de Direitos e Deveres – Coordenadoria de Pessoal – Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Encaminhado os endereços solicitados para a Sefip através do e-mail sefip@tcu.gov.br .					
Síntese dos resultados obtidos					
O TRE atendeu a determinação do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos e Assentamentos Funcionais;
 Unidade responsável pelas informações: Seção de Direitos e Deveres.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 025.808/2008-4	1074/2009-PL	9.1 (agregado) 9.2 (individual)	DE RE	Of. 59/2009 TCU/ADPLAN-Gab
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DE SERGIPE					
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.1. recomendar aos órgãos/unidades de controle interno das unidades jurisdicionadas identificadas após cada subitem a seguir indicado, com base no inciso III do art. 250 do RI/TCU, que:</p> <p>9.1.1. desenvolvam programa de monitoramento da qualidade do trabalho da auditoria interna</p> <p>9.1.2. normatizem a atividade da auditoria interna pelo menos quanto aos seguintes aspectos:</p> <p>9.1.2.1. posicionamento do órgão/unidade de controle interno na organização;</p> <p>9.1.2.2. autoridade do órgão/unidade de controle interno na organização, incluindo:</p> <p>9.1.2.2.1. autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para executar suas auditorias;</p> <p>9.1.2.2.2. obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pelo órgão/unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa;</p> <p>9.1.2.2.3. possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;</p> <p>9.1.2.3. âmbito de atuação das atividades de auditoria interna, inclusive quanto à realização de trabalhos de avaliação de sistemas de controles internos;</p> <p>9.1.2.4. natureza de eventuais trabalhos de consultoria interna que o órgão/unidade de controle interno preste à organização;</p> <p>9.1.2.5. participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar co-gestão e por isso prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria;</p> <p>9.1.2.6. estabelecimento de regras de objetividade e confidencialidade exigidas dos auditores internos no desempenho de suas funções</p> <p>9.1.3. realizem auditorias de avaliação de sistemas de controles internos</p> <p>9.1.4. disciplinem a participação dos auditores dos órgãos e unidades de controle interno em atividades próprias e típicas de gestores</p> <p>9.2. recomendar ao dirigente ou órgão colegiado máximo das unidades jurisdicionadas a seguir indicadas, com base no inciso III do art. 250 do RI/TCU, que reposicionem hierarquicamente seu órgão/unidade de controle interno para que este lhe seja diretamente subordinado (...)”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>No exercício 2009, o TCU emitiu o Acórdão 1074 que trata de recomendações gerais sobre a subordinação hierárquica da COCIN e a adequação e monitoramento de suas atividades. Com a implementação das Resoluções TRE/SE nºs 142 e 156, datadas de 17 e 30 de novembro de 2009, respectivamente, a COCIN do TRE/SE deixou de integrar a Diretoria-Geral e passou a ser ligada diretamente à Presidência (cumprido o item 9.2) e providências começaram a ser concretizadas no que tange à efetivação dos procedimentos (item 9.1).</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento das Determinações/Recomendações, através da implementação do novo Regimento Interno da Secretaria do TRE/SE e do Regulamento Interno da COCIN					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências foram adotadas sem fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a execução das mesmas.					

Fonte dos dados: Acórdão 1074/09-P;

Unidade responsável pelas informações: Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria – COCIN.

13. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

SOLICITAÇÃO DO CONTROLE INTERNO	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
Comunicação Interna 8/10/COCIN (referente ao exercício 2009) – Recomenda o indeferimento das requisições dos servidores Luís Augusto Carvalho Moura e Gilvânia dos Santos (9ª Zona Eleitoral – Itabaiana), tendo em vista que as referidas requisições não encontravam amparo legal, em face de que os dois servidores ocupavam cargo comissionado no Órgão de origem	Foi instaurado o Processo Administrativo 936/10 que concluiu que a decisão não implicaria em nenhum efeito, haja vista já haver ultrapassado o prazo de requisição dos dois servidores, tendo os mesmos já exercido suas atividades no cartório eleitoral. O pedido de renovação da requisição da servidora Gilvânia foi indeferido através da Resolução TRE/SE 40/10

Fonte dos dados: Resolução 40/2010 do TRE/SE;

Unidade Responsável pela Informação: Gabinete da Presidência.

14. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ

Tabela 17 - Declaração do Contador Responsável pela UJ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE		070012	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), referentes ao exercício de 2009, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Aracaju (SE)	Data	10 de maio de 2010
Contador Responsável	Martha Maria de Paula Valente Rodrigues	CRC nº	SE 8377-T-1 CE

15. INFORMAÇÕES QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO OS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

ADMISSÕES

SERVIDOR	NÚMERO DO CONTROLE NO SISAC	CARGO	PROCESSO SELETIVO	ATO E DATA DA NOMEAÇÃO	DATA DO EFETIVO EXERCÍCIO	SITUAÇÃO DO PROCESSO
GEDALIAS BASTOS FREIRE	2-078150-4-01-2009-000036-6	ANALISTA JUDICIÁRIO	Resultado e Homologação publicado no DOU, Seção 3, em 13/05/08	Ato 5, de 22/10/2009, publicado no DOU, Seção 2, em 26/10/09	10/11/2009	NO TCU, AUTUADO, NÃO JULGADO

DESLIGAMENTOS

SERVIDOR	NÚMERO DO CONTROLE NO SISAC	CARGO	ATO E DATA DO DESLIGAMENTO	SITUAÇÃO DO PROCESSO
-	-	-	-	-

CONCESSÕES DE APOSENTADORIAS

INATIVO	NÚMERO DO CONTROLE NO SISAC	CARGO	ATO E DATA DA CONCESSÃO	FUNDAMENTO LEGAL	SITUAÇÃO DO PROCESSO
-	-	-	-	-	-

Concessões de Pensões

INSTITUIDOR	NÚMERO DO CONTROLE NO SISAC	CARGO	ATO E DATA DA CONCESSÃO	FUNDAMENTO LEGAL	BENEFICIÁRIOS	SITUAÇÃO DO PROCESSO
JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS	20781504-05-2009-000003-6	ANALISTA JUDICIÁRIO	Portaria 631, de 09.11.09	ARTS. 215 E 217, II, "A", DA LEI 8.112/90, CALCULADA NA FORMA DO ART. 40, § 7º, INCISO I, DA CF/88, COM REDAÇÃO DADA PELA EC 41/03 E ART. 2º, INCISO I, DA LEI 10.887/04	João Marques de Oliveira	Em andamento no TCU

Revisões de Aposentadoria/Pensão

INATIVO/ INSTITUIDOR	NÚMERO DO CONTROLE NO SISAC	ATO E DATA DA REVISÃO	MOTIVO/BASE LEGAL DA ALTERAÇÃO	SITUAÇÃO DO PROCESSO
-	-	-	-	-

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos e Assentamentos Funcionais;

Unidades responsáveis pelas informações: Seção de Registros Funcionais e Seção de Direito e Deveres – SEREF e SEDIR.

16. INSTAURAÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Segundo registros do Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, houve nesta Instituição, durante o Exercício 2009, a instauração de Comissão de Sindicância, com o intuito de atuar na Sindicância 1/2009, conforme dados a seguir:

SINDICÂNCIA 1/2009:

INTEGRANTES DA COMISSÃO: - Adriana de C. Britto Araújo (Presidente).

- Valquíria Nóia Ribeiro Prata (Vogal).

- Aurélio André C. da Cunha (Vogal).

OBJETIVO: Apurar responsabilidade acerca de acidente envolvendo o veículo Vectra PJ 001, placa policial IAA 7257, de propriedade do TRE/SE, ocorrido no dia 23/4/09, sobre a ponte do rio Poxim, localizada na Avenida Beira Mar.

RESULTADO: Arquivamento dos autos, em razão da inexistência de qualquer infração administrativa praticada pelo investigado, uma vez que não foi o causador do acidente, estando o veículo parado no momento do sinistro.

PROVIDÊNCIAS: A Presidência do TRE/SE determinou o envio de cópia dos autos à AGU a fim de que adotasse as providências cabíveis para ressarcimento ao Erário do valor correspondente ao prejuízo arcado pela Administração.

INSTAURAÇÃO: 16/07/09.

JULGAMENTO: 25/8/09.

Fonte dos dados: Sindicância 1/2009 do TRE/SE;
Unidade Responsável pelas Informações: Gabinete da Presidência.

17. MANIFESTAÇÃO ACERCA DAS NORMAS LEGAIS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS NA APLICAÇÃO DE RECURSOS

Em cumprimento às determinações da Instrução Normativa 57, de 27 de agosto de 2008, e da Decisão Normativa 102, de 02 de dezembro de 2009, alterada pela Decisão Normativa 103, de 02 de fevereiro de 2010, do Tribunal de Contas da União, referente aos Processos de Prestação de Contas dos Partidos Políticos, exercício 2009, identificamos os partidos e os seus responsáveis, assim como informamos os recursos recebidos a título de Fundo Partidário, conforme demonstrativo abaixo:

PARTIDO	PRESTAÇÃO DE CONTAS	RESPONSÁVEL (PRESIDENTE)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO PARTIDO (R\$)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO TSE (R\$)
PSDB	Pcont. 301-93	Miriam da Silva Ribeiro	139.666,09	139.666,09
DEM	Pcont. 249-97	João Alves Filho	326.000,00	326.000,00
PTC	Pcont. 320-02	Vera Lúcia Sampaio Tourinho Norman Oliveira	65.600,00	65.600,00
PP	Pcont. 267-21	Venâncio Fonseca Filho	100.000,00	100.000,00
PT	Pcont. 276-80	Márcio Costa Macêdo	111.450,09	111.450,09
PMDB	Pcont. 417-02	Jackson Barreto de Lima	257.313,24	257.313,24
PRB	Pcont. 279-35	José Oliveira de Araújo Filho	0,00	0,00
PSB	Pcont. 379-87	Antônio Carlos Valadares Filho	90.195,19	90.195,19
PSC	Pcont. 305-33	Eduardo Alves do Amorim	26.000,00	26.000,00
PC do B	Pcont. 280-20	Hallison de Sousa Silva Tania Soares de Souza	0,00	0,00
PV	Pcont. 718-46	Carlos Pina de Assis Junior	0,00	0,00
PDT	Pcont. 277-65	Ulisses de Andrade Filho	0,00	0,00
PSL	Pcont. 722-83	José Milton Alves dos Santos	0,00	0,00
PR	Pcont. 304-48	José Edivan do Amorim	10.000,00	10.000,00
PPS	Pcont. 275-95	Venúzia Rodrigues Franco Wellington Dantas Mangureira	0,00	0,00
PT do B	Pcont. 438-75	Clóvis Silveira	0,00	0,00
PSDC	Pcont. 72016	Adelson Alves de Almeida	0,00	0,00
PTB	Pcont. 268-06	José Gilton Pinto Garcia	0,00	0,00

Conforme demonstrado, dos partidos que apresentaram a prestação de contas, apenas 09 (nove) auferiram recursos do Fundo Partidário, cujos processos encontram-se em andamento.

A seguir, informamos os partidos que não apresentaram a prestação de contas do exercício 2009, descumprindo o artigo 32, caput, da Lei 9.096/95, e o artigo 3º, inciso II, da Resolução 21.841/04. Ressalte-se que as respectivas representações nacionais foram informadas da obrigatoriedade da suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário, conforme estabelece o artigo 37, caput, da Lei 9.096/95, alterado pela Lei 9.693, de 27 de julho de 1998.

PARTIDO	AUSÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	RESPONSÁVEL (PRESIDENTE)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO PARTIDO (R\$)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO TSE (R\$)
PRP	Proc. 71761	Maria Alves de Vasconcelos Alberto dos Santos	-	0,00
PMN	Proc. 72198	José Carlos Almeida	-	0,00
PCO	Proc. 72538	Alexandre Gallo	-	0,00
PCB	Proc. 71409	João Bosco Santos	-	0,00
PHS	Proc. 71591	Arivaldo José dos Santos Antonio Irineu de Oliveira Nilo de Oliveira	-	0,00
PRTB	Proc. 71931	Francis Diogo da Graça Santos	-	0,00
PSOL	Proc. 71676	Heitor Pereira Alves Filho	-	0,00
PTN	Proc. 72453	Lion Rodrigues Schuster	-	0,00
PSTU	Proc. 72368	Vera Lucia Pereira da Silva	-	0,00

17.1 Recursos do Fundo Partidário Distribuídos à Direção Municipal

No exercício de 2009, apenas o PMDB distribuiu recursos oriundos do Fundo Partidário a Diretório Municipal, de acordo com o seguinte quadro:

Zona Eleitoral	Direção Municipal	N.º DO PROCESSO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	RESPONSÁVEL (PRESIDENTE)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO DIRETÓRIO REGIONAL (R\$)	FUNDO PARTIDÁRIO INFORMADO PELO DIRETÓRIO MUNICIPAL (R\$)
ZE 17ª	Feira Nova	785-57.2010.6.25.0017	Elenaldo de Menezes Dantas Sousa	11.000,00	-

O Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Município de Feira Nova não apresentou a prestação de contas, descumprindo o artigo 32, caput, da Lei 9.096/95, e o artigo 3º, inciso II, da Resolução 21.841/04. Foram encaminhados pela aludida zona eleitoral os ofícios aos diretórios Estadual e Nacional para que fossem suspensos os repasses de novas cotas do Fundo Partidário, conforme estabelece o artigo 37, caput, da Lei 9.096/95, alterado pela Lei 9.693, de 27 de julho de 1998.

No que diz respeito ao repasse do Fundo Partidário no exercício 2008, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), ao Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Município de Santa Rosa de Lima, segundo informações da 20ª Zona Eleitoral até o momento o partido não comprovou sua regular aplicação, a respectiva prestação de contas foi desaprovada e o processo não transitou em julgado.

17.2 Processos de Prestação de Contas Partidárias Julgados em 2009

Quanto aos processos julgados em 2009, informamos a situação das Prestações de Contas:

Tabela 18 - Processos de Prestação de Contas Partidárias Julgados em 2009

PARTIDO	EXERCÍCIO	PROCESSO	FUNDO PARTIDÁRIO	JULGAMENTO
PSDB	2002	Pcont. 336	246.463,62	DESAPROVADAS
PSC	2003	Pcont. 391	0,00	APROVADAS
DEM(PFL)	2004	Pcont. 408	176.000,00	DESAPROVADAS
PMDB	2004	Pcont. 410	335.256,71	APROVADAS COM RESSALVA
PT	2004	Pcont. 412	116.182,53	DESAPROVADAS
PP	2004	Pcont. 413	70.000,00	DESAPROVADAS
PSDB	2004	Pcont. 418	221.909,60	DESAPROVADAS
PSB	2004	Pcont. 420	149.338,82	DESAPROVADAS
PPS	2005	Pcont. 434	0,00	DESAPROVADAS
PTC	2005	Pcont. 437	0,00	APROVADAS COM RESSALVA
PSDB	2005	Pcont. 444	258.069,24	DESAPROVADAS
PC do B	2005	Pcont. 449	0,00	DESAPROVADAS
PMN	2005	Pcont. 452	0,00	DESAPROVADAS
PSDC	2005	Pcont. 456	0,00	DESAPROVADAS
PTC	2006	Pcont. 736	43.021,39	APROVADAS COM RESSALVA
PTB	2006	Pcont. 740	0,00	APROVADAS
PRB	2006	Pcont. 741	0,00	APROVADAS COM RESSALVA
PSC	2006	Pcont. 745	0,00	APROVADAS COM RESSALVA
PSOL	2006	Pcont. 749	0,00	DESAPROVADAS
PV	2007	Pcont. 778	0,00	DESAPROVADAS
PSL	2007	Pcont. 783	0,00	DESAPROVADAS
PMN	2007	Pcont. 786	0,00	DESAPROVADAS
PTN	2007	Pcont. 790	0,00	DESAPROVADAS
PCB	2007	Pcont. 792	0,00	NÃO PRESTADAS
PHS	2007	Pcont. 794	0,00	DESAPROVADAS
PCO	2007	Pcont. 795	0,00	NÃO PRESTADAS
PSTU	2007	Pcont. 799	0,00	NÃO PRESTADAS
PSL	2008	Pcont. 819	0,00	DESAPROVADAS
PCB	2008	Pcont. 821	0,00	NÃO PRESTADAS
PCO	2008	Pcont. 824	0,00	NÃO PRESTADAS
PT do B	2008	Pcont. 827	0,00	NÃO PRESTADAS
PTB	2008	Pcont. 828	0,00	NÃO PRESTADAS
PTN	2008	Pcont. 829	0,00	NÃO PRESTADAS

17.3 Recursos do Fundo Partidário Utilizados Irregularmente

No que tange à aplicação irregular de recursos do Fundo Partidário, dos processos de prestações de contas julgados em 2009, informamos a seguir as decisões proferidas e o acompanhamento quanto ao cumprimento das suas determinações:

PROCESSO Nº	FUNDO PARTIDÁRIO IRREGULAR	DECISÃO Nº	TEOR DA DECISÃO	SITUAÇÃO DO PROCESSO
PSDB - Pcont. 336	R\$ 25.530,00	Acórdão 83/2010, publicado em 12/05/2010	Descontar das cotas a receber do Diretório Nacional, o valor de R\$ 25.530,00 em 3 parcelas.	Aguarda verificação do cumprimento da decisão.
DEM - Pcont. 408	R\$ 5.380,00	Acórdão 03/2010, publicado em 01/02/2010	Descontar da próxima parcela a receber do Diretório Nacional o valor de R\$ 5.380,00.	Aguarda verificação do cumprimento da decisão.
PT - Pcont. 412	R\$ 24.404,27	Resolução 148/2009, publicada em 04/12/2009	Descontar das cotas a receber do Diretório Nacional, o valor de R\$ 24.404,27 em 4 parcelas a partir da publicação da decisão.	Aguarda verificação do cumprimento da decisão.
PP - Pcont. 413	R\$ 20.260,00	Decisão de 21/01/2010	Determina o recolhimento integral do débito.	Cumprida decisão. Partido recolheu ao Tesouro Nacional valor atualizado, correspondente a R\$ 26.323,07
PSDB - Pcont. 418	R\$ 71.294,47	Decisão de 19/04/2010	Descontar das cotas a receber do Diretório Nacional, o valor de R\$ 71.294,97 em 12 parcelas a partir de 14/08/2010.	Aguarda verificação do cumprimento da decisão.
PSB - Pcont. 420	R\$ 22.069,86	Resolução 138/2009, publicada em 16/11/2009	Descontar das cotas a receber do Diretório Nacional, o valor de R\$ 22.069,86 em 4 parcelas a partir da publicação da decisão.	Aguarda verificação do cumprimento da decisão.
PSDB - Pcont. 444	R\$ 26.189,94	Acórdão 26/2010	Descontar das cotas a receber do Diretório Nacional, o valor de R\$ 26.189,94 em 3 parcelas de R\$ 8.729,98 de março a maio de 2010.	Aguarda verificação do cumprimento da decisão.

18. QUANTIDADE PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSONADAS E DOS CARGOS DE COMISSÃO OCUPADAS POR SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO:

CARGOS EM COMISSÃO – PERCENTUAL DE SERVIDORES OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS														
CARGOS EM COMISSÃO	NÍVEL	TOTAL	QUANTIDADE DE OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Diretor-Geral	CJ-4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretário	CJ-3	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Coordenador/Assessor	CJ-2	15	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
Assessor de Planejamento e Gestão/Chefe de Gabinete	CJ-1	8	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	5	5
TOTAL GERAL		28	20	20	20	20	20	20	20	20	20	21	21	21
% OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS			71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	71,43%	75,00%	75,00%	75,00%

FUNÇÕES COMISSONADAS - PERCENTUAL DE SERVIDORES OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS														
FUNÇÕES COMISSONADAS	NÍVEL	TOTAL	QUANTIDADE DE OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Chefe de Seção/Assistente VI	FC-6	42	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39	39
Oficial de Gabinete/Assistente V	FC-5	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Assistente IV	FC-4	25	20	20	20	20	21	21	20	20	20	20	21	21
Assistente III	FC-3	7	7	6	6	6	7	7	7	7	7	7	7	7
Assistente II	FC-2	7	2	2	3	2	5	5	5	5	5	5	5	5
Assistente I	FC-1	8	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5
TOTAL GERAL		96	81	80	81	80	85	85	84	84	84	84	85	85
% OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS			84,38%	83,33%	84,38%	83,33%	88,54%	88,54%	87,50%	87,50%	87,50%	87,50%	88,54%	88,54%

FUNÇÕES COMISSONADAS - CHEFES DE CARTÓRIO - PERCENTUAL DE SERVIDORES OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS														
FUNÇÕES COMISSONADAS	NÍVEL	TOTAL	QUANTIDADE DE OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Chefe de Cartório da Capital	FC-4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Chefe de Cartório do Interior	FC-1	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32
TOTAL GERAL		35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
% OCUPANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS			100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte dos dados: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;

Unidade responsável pelas informações: Seção de Registros Funcionais – SEREF.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 57/2008, com a Decisão Normativa nº 100/2009 e com a Portaria nº 389/2009, todas exaradas pelo TCU, encaminho o presente relatório para a análise da Unidade de Controle Interno deste Tribunal e do Tribunal de Contas da União.

Aracaju, 08 de setembro de 2010.

DES. LUIZ ANTÔNIO DE ARAUJO MENDONÇA
Presidente